

Moraes votou a favor de si mesmo em ação contra Eduardo Bolsonaro, diz DPU

CAPPELLI - PÁGINA 2

Fim da 6x1: transição em até 14 meses

Com pressão popular, deputados devem votar texto essa semana

Lula Marques/Agência Brasil.



O relator da PEC do fim da escala 6 x 1, deputado Leo Prates (Republicanos/BA) durante leitura do parecer

Flávio vai aos EUA apostando em Trump

O senador Flávio Bolsonaro (PL) desembarcou em Washington em meio ao momento mais delicado de sua pré-campanha presidencial, após admitir encontro com o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master

PÁGINA 5

Empresários cogitam em terceira via nas eleições

Durante fórum realizado no Guarujá (SP), empresários e investidores discutiram a possibilidade de construir "terceira via" para a eleição presidencial.

PÁGINA 7

Lula quer resolver Alcolumbre e Pacheco

TALES FARIA - PÁGINA 4

Arsesp amplia fiscalização em obras

PÁGINA 15

PC OLIVEIRA

A política de hoje não é mais a mesma

PÁGINA 8

ECONOMIA

BC vê sistema financeiro estável mesmo após Master

PÁGINA 9

Caiado reafirma tratar facções como terrorismo

José Cruz/Agência Brasil



Ex-governador participou de evento na Amcham

Em SP, Caiado disse que o avanço do crime organizado exige uma resposta mais ampla do Estado brasileiro

PÁGINA 13

Grande SP reduz consumo de água

146 bilhões de litros de água foram economizados na Região Metropolitana devido a Gestão de Pressão Noturna, medida de preservação dos níveis de água.

PÁGINA 14

Baccarelli na gestão do Theatro Municipal

PÁGINA 12



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Moraes votou a favor de si mesmo em ação contra Eduardo, diz DPU

A Defensoria Pública da União (DPU) afirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o ministro Alexandre de Moraes decidiu sobre a própria imparcialidade ao atuar em uma denúncia contra o ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL). A argumentação consta nas alegações finais apresentadas pela DPU no processo no qual o ex-parlamentar é acusado de coação no curso do processo no âmbito do julgamento que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro por golpe de Estado.

A questão foi utilizada como um dos argumentos para o órgão pedir a anulação da ação. Segundo a petição, o próprio Moraes participou do julgamento que rejeitou o pedido de impedimento apresentado pela defesa do ex-deputado e votou contra a solicitação para se declarar impedido de atuar no caso.

“Dado de singular relevância, consistente no fato de que o acórdão de recebimento da denúncia foi proferido pelo próprio Ministro Relator, que votou pela rejeição da preliminar de impedimento arguida em seu próprio desfavor. Ou seja, o Ministro Alexandre de Moraes decidiu sobre sua própria imparcialidade para julgar o processo em que figura como vítima”.



Ministro Alexandre de Moraes julga o ex-deputado Eduardo Bolsonaro em processo no STF

A peça sustenta que o relator deveria ser impedido de atuar no caso por ser apontado pela acusação como vítima direta das supostas condutas atribuídas a Eduardo. Para a DPU, isso comprometeria a validade de qualquer decisão proferida no processo.

“No presente caso, o acusado está sendo processado e será julgado pela autoridade apontada como vítima direta da conduta que lhe é imputada na denúncia”, escreveu a Defensoria.

Juiz em causa própria

A DPU argumenta que o impedimento do relator é uma

exigência do Estado Democrático de Direito e não um julgamento pessoal sobre Moraes.

“O reconhecimento do impedimento não é um juízo sobre a pessoa do Ministro Relator. É uma exigência estrutural do Estado Democrático de Direito, que não admite que ninguém seja juiz em causa própria”.

Nas alegações finais, a Defensoria também pede a nulidade do processo por suposta irregularidade na citação de Eduardo, que estava nos Estados Unidos quando foi citado. A DPU afirma que o procedi-

mento correto seria a expedição de carta rogatória.

O documento cita ainda que Paulo Figueiredo, corréu no processo e também residente no exterior, foi citado por carta rogatória, o que demonstraria “dois pesos e duas medidas”.

No mérito, a DPU sustenta que as declarações públicas e articulações políticas atribuídas a Eduardo Bolsonaro não configuram grave ameaça nem caracterizam o crime de coação no curso do processo. A peça afirma ainda que as manifestações estariam protegidas pela liberdade de expressão e pela imunidade parlamentar.

Edilson Rodrigues/Ag. Senado



Flávio Bolsonaro aparece atrás de Lula em pesquisas

Tracking de Flávio Bolsonaro

O tracking (pesquisa interna) da campanha de Flávio Bolsonaro aponta que o senador está entre 4 e 6 pontos atrás de Luiz Inácio Lula da Silva após a revelação dos diálogos com o banqueiro Daniel Vercaro.

Aliados do senador, contudo, acreditam haver tempo hábil para reverter o cenário. Para isso, apostam no desgaste do presidente e torcem pelo avanço das investigações que miram eventual relação do empresário Lulinha com suspeitos de orquestrarem as fraudes no INSS.

Zeca Dirceu: deputados estão mudando voto na 6x1 devido à pressão popular

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

O deputado federal Zeca Dirceu (PT) afirmou que a pressão nas redes sociais já produz efeitos na tramitação da proposta que acaba com a escala 6x1 na Câmara dos Deputados. Segundo o parlamentar, deputados passaram a rever posicionamentos e até retirar assinaturas de emendas apresentadas contra o texto.

“A pressão das redes, é claro, está dando efeito. Deputados retirando assinaturas de emendas, deputados ponderando melhor a sua posição. Isso é um sinal de que a democracia funciona no país, que a pressão popular é sentida e respeitada pelo Congresso Nacional”, declarou.

A fala ocorre em meio às negociações finais da PEC que reduz a jornada de trabalho de 44



Deputado federal Zeca Dirceu é a favor do fim da escala 6x1

para 40 horas semanais, sem redução salarial. O presidente Lula (PT) e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), devem se reunir nesta segunda-feira (25/5) para fechar os últimos pontos do texto antes da votação na comissão especial e no plenário.

Segundo Dirceu, o relatório deve manter a “espinha dorsal” da proposta, sem previsão de transição gradual para o fim da escala 6x1. “Nós vamos manter a espinha dorsal do projeto, é o fim da escala 6x1 já, nada de escalonamento”, afirmou.

O deputado também atribuiu ao presidente da Câmara um papel “decisivo” nas negociações da proposta. “O presidente Hugo Motta tem tido um papel decisivo, extremamente importante, está diretamente envolvido com o assunto. Essa conversa dele com o presidente Lula tem sido fundamental”, disse.

A expectativa, segundo o parlamentar, é concluir a votação na comissão ainda nesta semana antes do envio do texto ao plenário. Ao defender a proposta, Dirceu afirmou que jornadas menores podem aumentar a produtividade e reduzir afastamentos por problemas de saúde.

“O trabalhador descansado, com saúde, que vai na igreja, que fica com a família, ele produz mais. Ele trabalha melhor, ele não pega atestado, ele não fica doente”, declarou.

Ken Chu/Sec. Turismo - SP



Banqueiros da Faria Lima dizem ter sido enganados

Banqueiros decepcionados

Influentes banqueiros, pralá de conhecidos na Faria Lima, alegam ter sido enganados por Flávio Bolsonaro. O grupo diz ter perguntado ao senador, antes da revelação das mensagens, se ele havia mantido alguma relação pessoal ou de negócios com Vercaro. E afirmam que a resposta na ocasião foi direta: “Não”.

Fotos: Rosane Naylor



O desembargador e governador em exercício do Rio, Ricardo Couto com os ministros do STJ Benedito Gonçalves e Mauro Campbell, o corregedor Cláudio Brandão com a D. Sarah Pires Gomes, que recebeu o título de propriedade

MAGNAVITA
 claudio.magnavita@gmail.com
 @colunamagnavita

CNJ inicia inspeção no Judiciário do Rio e abre semana Solo Seguro - Favela e Comunidades

A segunda-feira, 25 de maio, foi marcada por uma agenda intensa no Judiciário Fluminense, com a presença do ministro do STJ e corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell, ao lado do presidente do TJ e governador em exercício, Ricardo Couto, o corregedor-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Claudio Brandão e o ministro STJ Benedito Gonçalves, no início dos trabalhos de inspeção do CNJ no estado.

A manhã também contou com a abertura da Semana Nacional de Mobilização

do programa Solo Seguro - Favela e Comunidades, iniciativa que promove segurança jurídica para famílias brasileiras, fortalece o sonho da casa própria e reafirma o compromisso da Justiça com os cidadãos em ações simultâneas em todo o país voltadas à regularização fundiária urbana.

Na ocasião, também foi lançado o livro "Moradias sobre as águas: Regularização fundiária das palafitas no Brasil", publicado sob a coordenação do ministro STJ, Mauro Campbell.



O ministro STJ Mauro Campbell com o corregedor do Rio, desembargador Cláudio Brandão, ao lançar o livro que foi publicado sob a sua coordenação



O desembargador Ricardo Couto com o presidente do TRF2, desembargador Luiz Paulo da Silva Araújo Filho



Abertura de inspeção do CNJ no plenário do TJRJ



Durante o lançamento do livro, o desembargador do TRF2 Luiz Paulo Araújo com o ministro Mauro Campbell



O desembargador e governador em exercício do Rio, Ricardo Couto, com o desembargador Luiz Zveiter e o ministro Mauro Campbell



As magistradas Daniela Bandeira, Maria Aglae Tedesco, Renata Cabo, Kátia Momnerat e Paula Fernandes Machado



Os desembargadores João Batista Damasceno, Mônica Feldman, Paulo Assed, Jacqueline Montenegro, Maria Helena Machado, Sandra Kayat, Eunice Haddad, Cláudio Brandão, Luiz Zveiter, Mauro Martins e Luiz Alberto Carvalho Alves com os ministros Benedito Gonçalves e Mauro Campbell com o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto



A desembargadora Mônica Feldman com as juízas auxiliares da corregedoria, Juliana Lamar e Cristiane Brandão Lima



Ministro Campbell com o governador em exercício, Ricardo Couto



Os desembargadores Luiz Zveiter e Mauro Martins com a presidente da AMAERJ, juíza Eunice Haddad



A juíza Rita Vergette com as des. Sandra Kayat e Maria Helena Machado; e as juízas auxiliares da presidência Alessandra Bilac e Daniela Ferro

Claudio Mello Tavares participa do primeiro encontro com a nova gestão do TSE

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), desembargador Claudio Mello Tavares, se reuniu com os ministros Kassio Nunes Marques, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e André Mendonça, vice-presidente da Corte, nesta segunda-feira (25), em Brasília.

Também participaram os juízes

Renata Gil, auxiliar da Presidência do TSE e ex-presidente da AMAERJ e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), e Fábio Porto, auxiliar da Presidência do TRE-RJ.

O encontro foi o primeiro da nova gestão do TSE com os presidentes dos TREs de todo o país. Os ministros tomaram posse no último dia 12.



O presidente do TRE-RJ, desembargador Claudio Mello Tavares, com o presidente do TSE, ministro Kassio Nunes Marques

CM

Tales Faria

Lula quer se definir nesta semana sobre Senado e MG

Dois casos que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende resolver nesta semana:

- se o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) será ou não candidato a governador de Minas Gerais;
- e, sobre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afinal, qual é - e qual será - a relação dele com o governo federal.

Do primeiro caso depende a montagem do palanque mineiro para a reeleição de Lula.

Do segundo caso depende o envio novamente ao Senado da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). E depende também a estratégia em relação ao Senado até o final do ano.

Os casos estão entrelaçados porque Alcolumbre e Pacheco formam uma forte aliança no Senado. Após presidir a Casa entre 2019 e 2021, Davi Alcolumbre fez campanha e elegeu Pacheco seu sucessor. Este, por sua vez, ao deixar o posto em 2025, trabalhou para ser substituído por Alcolumbre, que voltou a presidir o Senado.

Nesse período de franca parceria e trocas de posições com Pacheco, Davi Alcolumbre se tornou o mais poderoso parlamentar do país.

Além de dividir com Hugo Motta (Republicanos-PB) e o antecessor deste, Arthur Liara (PP-AL), o controle das emendas parlamentares — especialmente aquelas que substituíram as emendas secretas, agora chamadas de emendas de comissão —, ele supera os presidentes da Câmara em termos de controle sobre sua Casa.

Alcolumbre deu recentemente uma tremenda demonstração de poder ao derrotar com ampla

maioria a indicação do governo para Jorge Messias assumir no STF.

O presidente do Senado tem enviado sinais confusos de que estaria disposto a continuar esticando a corda contra o governo. Por exemplo, quando ameaça também melar a montagem da chapa, com Pacheco na cabeça, que Lula vinha arquitetando para apoiá-lo em Minas Gerais.

Alcolumbre resolveu fazer campanha para Pacheco ser eleito pelos senadores como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A vaga pertence ao Senado e a vitória seria líquida e certa. Por causa desse lançamento, o senador deu um passo atrás na candidatura a governador de Minas.

O presidente da República gostaria de indicar novamente Messias para o Supremo, apesar da derrota anterior. Quer fazer isso como demonstração de poder e de que não abre mão de suas prerrogativas como presidente da República. Mas, na verdade, não está seguro quanto a Alcolumbre. Não sabe exatamente como ele se comportará.

Daí porque Lula pretende se reunir nesta semana com Pacheco: para tomar pé da situação. Se tiver sinais positivos, pode até encontrar-se com Alcolumbre, caso sinta com Pacheco que há espaço para isso. Se der certo, ele mata dois coelhos com uma cajadada só.

Mas é um movimento de alto risco. Lula sabe disso e está preparado para uma situação de hostilidade. Nesta hipótese, vai ter que decidir se repete ou não a indicação de Messias e aposta nas eleições de outubro, caso vença. Aí sim, partirá para a guerra contra Alcolumbre.

Fernando Molica

Os limites da faxina de Couto

O entusiasmo com faxina promovida no Estado do Rio pelo governador em exercício, Ricardo Couto de Castro, deve levar em conta que as vasouradas são possíveis apenas pelo caráter interino de sua presença no Palácio Guanabara.

A excepcionalidade de sua gestão, o fato de ser do Poder Judiciário e a incerteza sobre o tempo que continuará no posto criam uma barreira em relação a pressões do universo político. As ações do desembargador, que chegou ao cargo por ser presidente do Tribunal de Justiça em meio a um caos institucional, seriam bem restritas caso ele dependesse dos humores da Assembleia Legislativa (Alerj).

Isso não quer dizer que futuros gestores do estado estarão condenados a promover farras em compras e contratações de pessoal. Políticos têm estilos diferentes, mas concessões indevidas acabam sendo inevitáveis. Wilson Witzel foi defenestrado não apenas por irregularidades cometidas em sua gestão, mas também pela insistência em concentrar poderes e bondades nas mãos de um grupo restrito.

Cláudio Castro, eleito vice de Witzel em 2018 e reeleito em 2022, acelerou na direção oposta e só não perdeu o mandato por ter renunciado na véspera da decisão judicial.

Atitudes tomadas por Couto à frente do governo mostram o tamanho do processo de sequestro do estado por interesses privados — e isso não começou agora e não se restringe às fronteiras fluminenses.

O sistema político-partidário brasileiro praticamente determina que ocupantes de cargos no Poder Executivo façam uma espécie de parceria com integrantes do Legislativo. Isso, não por questões de viés administrativo ou ideológico, algo que im-

porta muito pouco entre nós.

O que vale mesmo é o fatiamento da estrutura do Estado e a entrega de pedaços para diferentes políticos, que neles armam estruturas para empregar correligionários e, em não raros casos, ganhar muito dinheiro — é dando que se recebe, já pontificava o ideólogo do Centrão, o ex-deputado Roberto Cardoso Alves.

Até mesmo a exigência de concurso para ocupantes de cargos públicos acabou sendo driblada por infinitas contratações para funções comissionadas e pela criação de organizações especializadas em fornecer mão de obra: trabalhadores quase sempre selecionados pelo critério da indicação política.

A saída para o impasse passa ao largo de saídas autoritárias, de fortalecimento indevido do Executivo. Ditadores, a história mostra, são ainda mais livres para roubar.

Mas a sociedade precisa encontrar alternativas institucionais para romper com um mecanismo perverso que dá a ocupantes de cargos legislativos a prerrogativa de chantagear o Executivo (isto, quando este não estimula a farra).

Em dois meses de exercício do governo, Couto desfez contratos e impediu a assinatura de outros que seriam lesivos ao estado, demitiu milhares de pessoas que haviam entrado pela janela — muitas delas sequer tinham chachá, nem apareciam para trabalhar.

Couto sabe que jamais faria o que fez caso tivesse quatro anos de mandato pela frente; seria obrigado a ceder. Há um impasse, mas a população poderia ajudar ao, na hora do voto, prestar atenção também nos candidatos ao Legislativo.

EDITORIAL

Oriente Médio longe de tempos de paz

A nova escalada de violência entre Israel e Hezbollah reafirma uma triste constatação histórica: no Oriente Médio, guerras nunca terminam por completo. Elas apenas mudam de intensidade, de fronteira e de geração. O conflito atual, alimentado por ataques cruzados, ameaças de expansão regional e milhares de vítimas civis, é mais um capítulo de uma disputa marcada não apenas por interesses geopolíticos, mas também por profundas divisões religiosas e identitárias que atravessam séculos.

Embora os governos e grupos armados invoquem razões estratégicas e de segurança, o pano de fundo continua sendo a instrumentalização da fé como ferramenta de mobilização política. Em nome de Deus, da terra prometida ou da resistência sagrada, populações inteiras seguem aprisionadas em ciclos de medo, vingança e radicalização. O resultado é um Oriente Médio permanentemente tensionado, incapaz de consolidar estabilidade duradoura.

Israel sustenta o direito legítimo de defender seu território e sua população contra ataques terroristas. O Hezbollah, por sua vez, apresenta-se como força de resistência diante da ocupação e da influência israelense na região. No entanto, entre discursos de autodefesa e narrativas de libertação, quem mais sofre são os civis. Famílias desalo-

jadas, cidades destruídas e crianças transformadas em símbolos de tragédia tornam-se rotina em uma região acostumada ao luto.

A persistência dessas guerras revela também o fracasso da comunidade internacional. Décadas de mediações frágeis, resoluções ignoradas e interesses econômicos disfarçados de diplomacia contribuíram para perpetuar um cenário onde a paz parece sempre provisória. Potências globais escolhem lados conforme conveniências estratégicas, enquanto discursos humanitários frequentemente cedem espaço à lógica militar.

É preciso reconhecer que não há solução exclusivamente bélica para conflitos alimentados por identidade religiosa, ressentimento histórico e disputas territoriais. Bombas podem destruir arsenais, mas não eliminam o ódio cultivado por gerações. A cada novo ataque, renova-se também a convicção extremista de que coexistir é impossível.

O Oriente Médio tornou-se refém de líderes incapazes de romper com narrativas absolutas e messiânicas. Enquanto religião continuar sendo usada como combustível político e instrumento de poder, a paz seguirá distante. O drama da região mostra ao mundo que guerras religiosas raramente produzem vencedores. Produzem apenas ruínas, mártires e novos inimigos preparados para continuar lutando.

Opinião do leitor

Desabafo

Globo não passa mais Fórmula 1 no canal aberto! Quem não tem TV por assinatura está perdendo a corrida ao vivo! Para quem gosta de velocidade nas pistas, a F-1 tá de tirar o fôlego.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO POLÍTICO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ao romper, Ibaneis poupa Celina de fazer o mesmo

Ao romper, Ibaneis fez um favor a Celina Leão

Ao anunciar rompimento com a governadora Celina Leão (PP), o ex-governador Ibaneis Rocha (MDB), a quem ela sucedeu, na verdade, ao final, lhe fez um favor. Tanto que, logo depois, Ibaneis se deu conta do erro e acabou tentando voltar atrás. Profundamente chamuscado pelo caso Master/BRB, hoje é mais Ibaneis quem depende de Celina. E Celina, por outro lado, quanto mais distância conseguir ter de Ibaneis, dentro do discurso de que nada tinha a ver com a crise, melhor para ela. Assim, ao romper com Celina, Ibaneis lhe fez um favor. A poupou de ter que fazer mais adiante esse movimento de rompimento. O problema de Celina, porém, é que a essa altura ela já não consegue medir o quanto a crise a afeta também.

Afastou-se e tentou se aproximar

Na quarta-feira (20), Ibaneis Rocha gravou um vídeo, ao lado de lideranças do MDB, anunciando que rompia com Celina Leão. Dizia-se insatisfeito com os rumos de seu governo. “Nós apostamos na governadora Celina como um governo de continuidade daquilo que nós plantamos”, disse Ibaneis. “Infelizmente, ao longo dos últimos dias, temos tido muitas decepções”, completou. Na ocasião, lançou a hipótese de o MDB ter um candidato próprio.

Joédson Alves/Agência Brasil



Caso Master/BRB pode atingir Celina também

Falta de espaço na chapa

Na ocasião, lançou a hipótese de o MDB ter um candidato próprio, um nome que vem sendo ventilado há algum tempo, o deputado federal Rafael Prudente. No domingo (24), porém, Ibaneis recuou. Ao participar de celebrações da Festa do Divino, em Planaltina, ele mencionou Celina, e disse que ela será “nossa candidata, reeleita”. O problema de Ibaneis é que, em princípio, ele não tem espaço na chapa de Celina. A não ser que, ao final, o PL não siga com ela. Caso siga, as candidatas ao Senado serão Michelle Bolsonaro e a deputada federal Bia Kicis.

Mas Celina sente também

Pesquisas internas encomendadas por Celina apontam, porém, que ela também sente os efeitos da crise Master/BRB. Sua liderança já não seria tão confortável. O alento agora é que, segundo apurou o Correio Político, sua queda não estaria necessariamente se revertendo para outros nomes. O número de eleitores indecisos aumentou nesse levantamento interno.

POR
RUDOLFO LAGO

Izalci

Uma situação que faz o PL manter um plano B: o senador Izalci Lucas (PL). Foi o PL quem encomendou a última pesquisa feita pelo Instituto Veritá. Ela mostrou uma situação embolada entre Celina, o ex-governador do DF José Roberto Arruda, o candidato do PT, Leandro Grass, e Izalci Lucas.

Estranho

Houve quem estranhasse a presença de Izalci Lucas entre os candidatos na lista estimulada, uma vez que, em princípio, o PL apoia a reeleição de Celina Leão. Para muitos, ficou claro que o PL quis testar as chances de Izalci para ter uma alternativa eleitoral caso Celina desabe a partir da crise BRB/Master.

Chance

A chance de uma recomposição que garantisse a Ibaneis a vaga na chapa de Celina como candidato a senador, viria dessa possibilidade de o PL acabar partindo para esse plano B. Aí, ele conseguiria retomar o seu plano original, que era eleger Celina como sua sucessora e obter uma vaga no Senado.

Exoneração

Na sexta-feira (22), porém, Celina deu mais um passo na direção contrária à aproximação ao exonerar a secretária de Desenvolvimento Social, Jackeline Couto Canhedo. Jackeline tinha sido indicada por Ibaneis. Mais do que isso, a secretaria era um terreno da esposa do ex-governador, Mayara Noronha Rocha, que chegou a exercer a secretaria.

Leal

O anúncio inicial de rompimento feito por Ibaneis ajudou Celina a pavimentar o caminho do afastamento. Permitiu a ela argumentar que a iniciativa foi dele. E que ela, por seu lado, teria sido sempre legal a ele. Ou seja, ele é que sinalizou o afastamento. Que vai exatamente na direção que ela deseja.

Trunfo

Nesse sentido, no entanto, Celina considera que tem um trunfo. Quando Ibaneis foi afastado do governo do DF por 90 dias após os episódios do 8 de janeiro de 2023, Celina poderia ter aproveitado a situação e agido para que ele não mais voltasse. Ela comportou-se na ocasião como mera interina.



Flávio: reunião com Trump para reverter desgaste

Flávio vai aos EUA apostando em Trump

Senador busca reduzir desgaste com agenda internacional

Por Beatriz Matos

PT e PL

O senador Flávio Bolsonaro (PL) desembarcou em Washington, nos Estados Unidos (EUA), em meio ao momento mais delicado de sua pré-campanha presidencial.

A expectativa nos bastidores é de que ele tenha um encontro com o presidente norte-americano Donald Trump nesta terça-feira (26). Mas, até a noite desta segunda-feira (25), a agenda oficial da Casa Branca ainda não registrava publicamente qualquer compromisso entre os dois.

A viagem ocorre poucos dias após o senador admitir que encontrou o banqueiro Daniel Vercaro, dono do Banco Master, depois da primeira prisão do empresário.

Inicialmente, Flávio havia afirmado que o contato com Vercaro tinha ocorrido apenas por telefone. Depois, confirmou que esteve pessoalmente com o banqueiro em São Paulo enquanto ele utilizava tornozeleira eletrônica.

A admissão da visita aumentou o desgaste político surgido após a divulgação de áudios em que Flávio Bolsonaro aparece negociando recursos para o filme Dark Horse, longa sobre Jair Bolsonaro.

Segundo as investigações, Vercaro teria prometido cerca de US\$ 24 milhões, aproximadamente R\$ 134 milhões, para financiar a produção.

Na avaliação do deputado federal Rogério Correia (PT-MG), a ida do senador aos EUA seria uma tentativa de deslocar o foco do desgaste político.

“Ele está querendo desviar também do assunto que é para ele indesejável, que é o Banco Master”, afirmou ao Correio da Manhã.

O parlamentar também citou as suspeitas envolvendo recursos que teriam circulado por um fundo nos Estados Unidos.

“Vai ficar cada vez mais evidente que esse recurso era para sustentar a campanha ou dele ou de algum Bolsonaro”, declarou.

Já no PL a avaliação é que a aproximação com Trump fortalece a imagem internacional do pré-candidato.

O deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ) afirmou ao Correio da Manhã que o encontro teria peso político internacional para o senador.

“Mostra que o presidente da maior potência do mundo recebe o Flávio da mesma forma que recebeu Lula”, declarou.

Na avaliação de Jordy, o gesto colocaria Flávio Bolsonaro em posição de projeção internacional mesmo antes do início oficial da disputa presidencial.

“Ele não é presidente ainda e está sendo recebido por ele”, afirmou.

Fim da escala de trabalho 6X1 terá transição de um ano

Relatório de Leo Prates foi lido e será votado na comissão na quarta-feira

Por Gabriela Gallo

O fim da jornada de trabalho na escala 6X1 (em que o empregado trabalha seis dias da semana e descansa somente um) está mais próximo do fim. Reunião pela manhã entre os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), fechou um acordo no qual se estabeleceu um ano de transição para que efetivamente haja a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais.

Com isso, a previsão é que a Comissão especial da Câmara dos Deputados vote nesta quarta-feira (27) o relatório final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Uma vez aprovada na comissão, a medida segue para votação no plenário da Casa na quinta-feira (28). Com o acordo feito para amenizar efeitos imediatos da medida, a expectativa é de aprovação.

Horas antes de o relator da PEC na Câmara, deputado federal Leo Prates (Republicanos-BA), apresentar o parecer final da proposta na comissão da Casa na noite desta segunda-feira (25), o presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos-PB) adiantou em uma coletiva de imprensa que



Lula Marques/Agência Brasil.

Regra de transição foi acordo para facilitar aprovação do texto de Prates

o período de transição da redução da jornada de trabalho será de um ano após a promulgação do texto, ou seja, após ele ser aprovado na Câmara e no Senado.

Apelos

Após 60 dias depois da promulgação do texto será determinada a redução de duas horas da jornada de trabalho, passando a ser de 42 horas semanais. As duas horas restantes serão reduzidas após 12 meses após esse período. Além dis-

so, a redução da jornada 6X1 para a escala 5X2 (quando o trabalhador tem dois dias de folga) também deve ser implementada após 60 dias da promulgação do texto.

“Isso atende a um apelo da classe trabalhadora. Também escuta o setor produtivo, ao dar um tempo para que os setores possam se organizar, e nós vamos com isso garantir essa transição”, destacou

Motta, em entrevista coletiva.

Ele reiterou o que a base governista considerou inegociável

para a PEC da nova jornada de trabalho: a redução para 40h, o fim da escala 6X1 se convertendo ao menos em escala 5X2 e que essas mudanças ocorram sem redução salarial.

O período de transição da redução da jornada de trabalho para trabalhadores contratados em regime de carteira assinada, que seguem a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), era a principal desavença entre setores. Enquanto a base governista

visava mudanças imediatas, parlamentares da oposição e representantes de setores produtivos pediam um período de transição de 10 anos. Essa desavença foi um dos motivos de Leo Prates ter adiado a apresentação do parecer final na comissão nesta segunda-feira. Inicialmente estava previsto para o texto ser apresentado na última quarta-feira (20).

Relatório

O relatório final apresentado por Leo Prates mantém a regra geral das mudanças quando à jornada de trabalho. Situações de setores específicos e exceções serão discutidos e apresentados mediante apresentação de projetos de lei complementares.

Como adiantado pelo Correio da Manhã, o relatório final determina que para “portador de diploma de nível superior e que perceba remuneração mensal igual ou superior a duas vezes e meia o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social [equivalente a R\$ 21.188,88] não se aplica as regras relativas à duração do trabalho e ao controle da jornada”. A medida não vale para servidores públicos. Esse controle poderá ser do desejo do empregador ou se houver previsão em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Após tumor, Lula inicia radioterapia

Por Gabriela Gallo

Um mês depois de realizar um procedimento cirúrgico para retirar uma lesão do couro cabeludo (denominada carcinoma basocelular), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) começou o seu tratamento preventivo de radioterapia no couro cabeludo. A primeira das 15 sessões do tratamento ocorreu nesta segunda-feira (25) no Hospital Sírio-Libanês em Brasília. De acordo com o Palácio do Planalto, Lula realizará as sessões ao longo de três semanas. O tratamento preventivo não tem efeitos colaterais. Diante disso, ele consegue manter sua agenda de trabalho normalmente.

Ao Correio da Manhã, a médica dermatologista Andressa Vargas explicou que a radioterapia pós-cirurgia “pode ser indicada como tratamento complementar ou preventivo, mesmo quando a lesão foi retirada, para reduzir risco de recidiva”, que é o

possível reaparecimento da doença no local. A medida é recomendada em “áreas delicadas, lesões de maior risco, margens próximas ou comprometidas ou quando se busca preservar tecido”.

Questionada pela reportagem, a dermatologista ainda destacou que, ainda que Lula tenha 80 anos (ele completa 81 anos em outubro), “a idade, isoladamente, não impede a radioterapia”.

“Em idosos, a avaliação considera estado geral, doenças associadas, fragilidade, localização da lesão e tolerância da pele. A radioterapia superficial costuma ser bem tolerada, mas pode causar vermelhidão, ardência, descamação, sensibilidade local e, raramente, feridas ou cicatrização mais lenta. No caso divulgado, a equipe informou que Lula manterá suas atividades habituais durante o tratamento”, detalhou a profissional de saúde para a reportagem.

Tanto Lula quanto o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Radioterapia visa evitar retorno do tumor

(PL) foram diagnosticados com câncer de pele recentemente. O atual presidente da República foi diagnosticado com carcinoma basocelular após identificar ferida no couro cabeludo, e Bolsonaro foi diagnosticado com carcinoma de células escamosas in situ. De acordo com a dermatologista, ambos os casos tratam de “cânceres de pele não melanoma, geralmente associados à exposição solar crônica, mas têm comportamentos diferentes”.

Segundo a profissional, o tumor de Lula é considerado o tipo mais comum, ele costuma crescer lentamente e raramente dá metástases.

“Já o carcinoma de células escamosas, tem maior potencial de invasão local e, em alguns casos, de metástase, especialmente quando ocorre em áreas de risco, tumores maiores, imunossuprimidos ou lesões profundas”, detalhou Andressa Vargas. No caso, porém, de Bolsonaro, não houve gravidade.

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Reprodução / Globo News



Jair Bolsonaro não admite saída do filho Flávio

Setores da direita avaliam ganho em eventual derrota

Setores da direita não bolsonarista já admitem, de maneira reservada, que a eventual derrota de Flávio Bolsonaro na disputa da Presidência representaria, pelo menos, a chance de o conservadorismo se livrar da dependência do pai do candidato, Jair Bolsonaro. O ex-presidente não admite a retirada da candidatura do primogênito.

O raciocínio é simples: diante das dificuldades causadas pela revelação dos contatos entre Flávio e Daniel Vercaro, o clã sairá ainda mais vitorioso em caso de vitória na disputa com o presidente Lula (PT). Em compensação, a derrota daria a uma parte da direita a chance de questionar abertamente o domínio e a teimosia dos Bolsonaro.

Independência

Para esses quadros, a resiliência do pensamento conservador mesmo depois do 8 de Janeiro e das condenações por golpismo mostra que a direita se firmou como oposição e não depende mais exclusivamente dos Bolsonaro.

As simulações mostram que o antipetismo está tão consolidado que até candidatos com baixas intenções de voto no primeiro turno, como Ronaldo Caiado, endureceriam o jogo contra Lula na rodada decisiva.

Agência Brasil



Mesmo se vencer, Lula terá que ceder para a direita

Renovar sem trair

Em outras palavras: a direita, claro, torce pela vitória de Flávio, mas avalia que uma derrota não seria tão trágica assim, desde que partidos conservadores consigam eleger boas bancadas federais e emplacar governadores. Um fracasso, porém, permitiria uma diminuição progressiva do poder de Jair Bolsonaro sem que isso aparente ser uma traição. Os setores mais pragmáticos também sabem que, mesmo vitorioso, Lula precisará ceder poder para partidos do Centrão que, assim, também receberiam vantagens.

Poder antipetista

Um detalhe da pesquisa Nexus divulgada ontem reforça a força do antipetismo. Num eventual segundo turno, 80% dos eleitores de Lula o escolheriam por considerá-lo o melhor candidato; 14% para derrotar Flávio Bolsonaro.

Já 32% dos eleitores do candidato do PL votariam nele para impedir o triunfo de Lula; 65% por considerar que o senador fluminense é o melhor para a Presidência.

Gol contra 1

Outros dados da pesquisa indicam que o caso Banco Master/"Dark Horse" provocou um desgaste de Flávio mesmo entre grupos de eleitores identificados com a direita. Em abril, ele tinha 33 pontos de vantagem sobre Lula entre os evangélicos (62% a 29%); em maio, 18 (54% a 26%).

Gol contra 2

Situação parecida foi registrada entre eleitores com nível médio: neste grupo, a vantagem do senador, de abril para maio, caiu de 16 (54% a 38%) para seis pontos (47% a 41%). No Sul, os 30 pontos à frente de Lula reduziram-se para 14 (53% a 39%). No Sudeste, porém, o empate técnico foi mantido.

Intimidade

O Tribunal Superior do Trabalho condenou a JBS a pagar indenização de R\$ 15 mil a um ex-funcionário. Isso porque a empresa instalara câmeras no vestiário em Anastácio (MG) — alegou que estavam voltadas para os armários e eram para evitar furtos. Para o TST o equipamento violava a intimidade.

Olho no SUS

Já o Tribunal de Contas da União decidiu monitorar o funcionamento de 2.743 hospitais do SUS. A medida é para identificar problemas como desperdício e dificuldades de gestão e apontar possibilidade de melhoria no uso de recursos. Em 2025, o TCU revelou que hospitais do SUS apontavam eficiência média entre 28% e 50%.

Ameaça

O escritor angolano José Eduardo Agualusa revelou, em debate no Rio, que sua proposta de trocar o nome da língua portuguesa para língua geral despertou ódio em Portugal. O autor, que lançou o romance "Tudo sobre Deus", afirmou que chegou a receber ameaças de morte vindas do outro lado do Atlântico.

É nosso!

Agualusa afirmou que muitos portugueses que demonstram preconceito em relação ao jeito brasileiro de falar não se dão conta de um dado fundamental: 80% dos falantes do português são brasileiros. "Se o Congresso mudar o nome do idioma para brasileiro, será o sexto mais falado no mundo", completou.



Empresários discutiram alternativa diante da queda de Flávio

Nem Lula, nem Flávio: terceira via cogitada

Movimentação ganhou força em evento com empresários

Por Beatriz Matos

O avanço das investigações envolvendo o caso Master e o desgaste político enfrentado por Flávio Bolsonaro (PL-RJ) começaram a produzir reflexos além do campo jurídico e já movimentam o ambiente político e empresarial de olho em 2026.

Nos bastidores do 5º Fórum Esfera, realizado nos dias 22 e 23 de maio, no Hotel Jequitimar, no Guarujá (SP), empresários, investidores e representantes do mercado financeiro passaram a discutir novamente a possibilidade de construção de uma "terceira via" para a próxima eleição presidencial.

Com uma plateia de mais de 400 empresários e convidados, o encontro promovido pela Esfera Brasil acabou se transformando em um espaço de avaliação do impacto político do escândalo envolvendo o Banco Master e da perda de força da pré-candidatura de Flávio Bolsonaro. O tema ganhou ainda mais repercussão após pesquisas recentes apontarem oscilação negativa do senador em cenários eleitorais.

Para o professor de economia do Ibmec Brasília, Renan Silva, o movimento empresarial acontece justamente porque parte do mercado começou a enxergar risco de enfraquecimento precoce da oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"A busca por uma alternativa

de centro ou direita moderada ganhou tração imediata no ambiente corporativo após o abalo ético e político sofrido pela principal pré-candidatura da oposição", afirmou.

Segundo ele, o caso envolvendo Daniel Vercaro, ex-controlador do Banco Master, acendeu um sinal de alerta no setor produtivo. "Esse episódio acendeu um alerta vermelho no empresariado e no mercado financeiro, que enxergam no enfraquecimento do parlamentar o risco de desidratação precoce da oposição ao atual governo", disse.

Nos corredores do evento, o discurso mais ouvido era o de que a direita precisaria ampliar o debate sobre alternativas eleitorais caso Flávio continue perdendo competitividade.

O ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema, candidato do Novo, reforçou esse movimento dias depois, durante evento promovido pela Amcham Brasil, em São Paulo. Na ocasião, afirmou que o escândalo do Banco Master tornou o cenário mais difícil para a direita e avaliou que uma eventual manutenção da candidatura de Flávio Bolsonaro poderia favorecer Lula em 2026.

Já Ronaldo Caiado (PSD) evitou endurecer o discurso e defendeu unidade da centro-direita contra o PT. O governador de Goiás afirmou que não faria "pré-julgamento" e pregou apoio a quem chegar ao segundo turno.

Ricardo Cravo Albin

Noca, meu irmão, agora em definitivo azul e branco

Meu irmão Noca da Portela partiu.

E ao escrever esta frase, sinto como se uma parte muito luminosa da própria Música Popular Brasileira também recolhesse as suas velas para navegar em outro mar.

Noca não foi apenas um grande compositor. Foi uma consciência do samba. Uma presença humana raríssima. Um homem de palavra, de fidelidade, de ternura e de firmeza moral — qualidades que hoje parecem cada vez mais escassas no mundo contemporâneo.

Conheci muitos artistas em minha caminhada. Pouquíssimos, porém, possuíam a inteireza de Noca. Ele era inteiro em tudo: no talento, na amizade, na dignidade e no amor absoluto à Portela, essa escola que nele encontrava não apenas um sambista, mas um verdadeiro sacerdote de sua memória e de sua beleza.

Noca carregava o samba com a naturalidade dos escolhidos. Seus versos jamais eram artificiais. Vinham da alma popular brasilei-

ra, das ruas, dos terreiros, das madrugadas, das procissões, das alegrias e também das dores do nosso povo. Por isso suas composições permanecem. Porque nasceram verdadeiras.

Sempre me emocionou nele a coexistência da grandeza artística com a humildade pessoal. Mesmo consagrado, jamais perdeu a delicadeza no trato humano, nem a capacidade de se alegrar autenticamente com os amigos e com a vida.

Agora, Noca se junta à galeria eterna dos

grandes bambas do Brasil. Mas sua ausência física não apagará sua presença espiritual. Porque certos homens não desaparecem: permanecem ecoando. Permanecem cantando dentro da memória coletiva de um país.

Hoje a Portela chora. O samba chora. E eu também choro meu amigo querido.

Mas agradeço profundamente a Deus por ter convivido com um homem tão raro, tão digno e tão brasileiro. Viva eternamente Noca da Portela.

Paulo César de Oliveira*

A política de hoje não é mais a mesma

O presidente Lula tem toda razão quando afirma que a política de hoje não é a mesma de 30 anos atrás. Ele falou isto com toda veemência no programa Sem Censura na semana passada, quando se mostrou um Lula extremamente simpático com os jornalistas. Há várias razões que explicam, ou parecem explicar esta profunda mudança na política nacional, mas é inegável que o surgimento e popularização das redes sociais tesse forte influência na atividade política, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

Com a rede, a comunicação mudou não apenas a política, mas as relações sociais de

um modo geral. E no campo político fez surgir novos atores, na maioria dos casos atores sem consistência ideológica, mas com enorme capacidade de comunicação que fez transformar em eleitores os fãs da rede. Em Minas se sobressaem, entre outros, o senador Cleitinho Azevedo - líder em todas as pesquisas como candidato ao governo de Minas - e o deputado federal Nikolas Ferreira, o mais votado do Brasil, que se tornou uma liderança nacional. Ambos têm uma enorme presença nas redes sociais que, apontam pesquisas eleitorais, devem se transformar em votos.

A força das redes sociais, especialmen-

te para desfazer imagens, é inegável e, com certeza, será muito explorada nestas eleições, sendo uma das grandes preocupações do Tribunal Superior Eleitoral que já cuida de implantar normas que coibam os excessos. Numa eleição já radicalizada, o que se espera é mais radicalização, especialmente a partir das denúncias que, até aqui, levaram à derrocada a candidatura de Flávio Bolsonaro, candidato presidencial do PL, diante de suas ligações com Vorcaro.

Embora muitos liberais achem que o candidato tem que ser mudado, porque novas denúncias vão surgir, o que se espera é um re-

crudescimento do processo pelas redes sociais com “troteiros” de denúncias. Quem fica na expectativa, podendo até alimentar as redes contra Flávio e Lula, é Ronaldo Caiado que muitos veem como a melhor opção para a terceira via e também o ex-governador Romeu Zema, um usuário contumaz das redes. Sem dizer o ex-governador Aécio Neves, presidente nacional do PSDB, que vem sendo assediado por outros partidos, como o Cidadania, para ser candidato a presidente.

*Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Guilherme Tropia Padilla e Amanda Zarpellon Deretti**

A vedação à recuperação judicial do devedor contumaz e seus limites jurídicos

A edição da Portaria Conjunta RFB/PGFN/MF nº 6, de 26 de março de 2026, marca um dos movimentos mais incisivos recentes do Estado brasileiro no enfrentamento da inadimplência tributária. Inserida no contexto da Lei Complementar nº 225/2026, a norma inaugura, na prática, um sistema de classificação fiscal baseado em risco, cujo ponto culminante é a caracterização do chamado “devedor contumaz”.

Embora fundada no legítimo objetivo de combater a inadimplência estratégica, a norma levanta relevantes problemas jurídicos e econômicos, especialmente pela dificuldade em distinguir o devedor oportunista da empresa em crise.

O contexto em que a norma surge é determinante. O ambiente macroeconômico brasileiro segue marcado por juros reais elevados, restrição de crédito, aumento do custo operacional das empresas e instabilidade na demanda. Nesse cenário, a inadimplência tributária frequentemente decorre de restrições de liquidez e escolhas de sobrevivência empresarial.

É justamente nesse ponto que se revela uma das principais fragilidades do regime. Ao estruturar o conceito de devedor contumaz com base na inadimplência substancial, reiterada e “injustificada”, o legislador e o regulador assumem que a inadimplência recorrente é, em regra, um comportamento oportunista. Na prática, contudo, esses mesmos critérios são compatíveis com empresas que enfrentam crises legítimas de liquidez.

A própria noção de inadimplência “injustificada” permanece aberta, sem parâmetros objetivos claros, ampliando a discricionariedade da Administração Tributária e compro-

metendo a segurança jurídica.

Outros critérios adotados pelo regime reforçam essa distorção. A utilização do ativo total como parâmetro favorece empresas intensivas em capital e penaliza aquelas com estrutura mais leve, como prestadoras de serviços. Além disso, a exigência de inadimplência reiterada pode ser verificada em ciclos econômicos adversos, sem que haja qualquer elemento de fraude ou comportamento abusivo.

O resultado é um regime que tende a alcançar indistintamente empresas em crise e devedores estruturais.

O ponto mais sensível, contudo, está na vedação ao acesso à recuperação judicial para empresas classificadas como devedoras contumazes. Essa restrição, prevista na Lei Complementar nº 225/2026 e operacionalizada pela portaria, já é objeto de questionamento no Supremo Tribunal Federal, por meio da ADI 7.943, o que evidencia que a controvérsia está longe de ser trivial.

Na prática, a dívida tributária passa a operar como critério de existência empresarial, substituindo a análise de viabilidade por um juízo fiscal prévio.

A recuperação judicial não constitui um benefício fiscal concedido pelo Estado, mas um instrumento jurisdicional de reorganização econômica. Com isso, a análise de viabilidade econômica cede espaço a um juízo fiscal prévio — uma mudança sutil, mas com profundas consequências jurídicas e econômicas.

Ao impedir o acesso a esse instrumento, o regime cria, na prática, uma condição administrativa para o exercício do direito de ação, em afronta direta ao art. 5º, XXXV, da Constituição. Mais do que isso, desloca o centro

decisório sobre a continuidade da atividade empresarial do Poder Judiciário para a Administração Tributária. Um ato administrativo de classificação fiscal passa a ter o potencial de determinar, indiretamente, a sobrevivência ou a extinção de uma empresa, tensionando o princípio da separação dos poderes.

Essa restrição se aproxima do conceito de sanção política, reiteradamente rechaçado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Ao condicionar a sobrevivência empresarial à regularidade fiscal, o Estado utiliza mecanismo indireto de coerção para compelir o pagamento de tributos, em descompasso com as garantias constitucionais do contribuinte. Neste contexto, a vedação à recuperação judicial deixa de se apresentar como medida de regulação econômica e passa a operar como mecanismo de pressão.

Sob a perspectiva do direito empresarial, a norma igualmente colide com o princípio da preservação da empresa, consagrado no art. 47 da Lei nº 11.101/2005. A recuperação judicial tem por finalidade não apenas a satisfação dos credores, mas a manutenção da atividade produtiva, a preservação de empregos e a continuidade da geração de riqueza. Ao inviabilizar esse mecanismo com base em um critério administrativo, o regime antecipa a liquidação de empresas potencialmente viáveis.

A própria lógica econômica da medida é questionável. Empresas em recuperação judicial tendem a manter capacidade de geração de valor e pagamento gradual de seus passivos. Já a falência reduz significativamente essa possibilidade. Ao restringir a recuperação, o Estado pode, paradoxalmente, comprometer sua própria capacidade de ar-

recadação. A Portaria Conjunta nº 6/2026 reforça esse cenário ao operacionalizar o procedimento de classificação com base em critérios que não foram integralmente definidos em lei. Embora formalmente regulamentar, a portaria assume papel central ao definir, na prática, o alcance das restrições impostas aos contribuintes.

Do ponto de vista prático, os impactos da norma tendem a ser significativos e imediatos. A mera possibilidade de enquadramento como devedor contumaz já gera efeitos reputacionais, restringe acesso a crédito e afeta relações comerciais.

No curto prazo, é razoável esperar uma intensificação da busca por transações tributárias, bem como um aumento expressivo da litigiosidade, tanto na esfera administrativa quanto judicial. No médio e longo prazo, os efeitos podem ser ainda mais profundos, com elevação do número de falências, concentração de mercado e redução da atividade econômica formal.

O regime, tal como estruturado, confunde inadimplência estrutural com dificuldade econômica, ampliando excessivamente seu alcance

A questão que se coloca, ao final, é direta: Pode o Estado, por meio de ato administrativo, limitar o acesso ao principal instrumento de reestruturação empresarial previsto no ordenamento jurídico?

A resposta caberá ao Supremo Tribunal Federal. Até lá, o regime já produz efeitos concretos e exige análise crítica por parte dos operadores do direito.

*Advogados

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRÉ SOUZA

Raphael Ribeiro/ Banco Central



Presidente do BC, Gabriel Galípolo, no anúncio do REF

BC vê estabilidade no sistema financeiro após caso do Master

O Banco Central divulgou na segunda(25) o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) referente ao segundo semestre de 2025, indicando que não há risco relevante para a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional. Segundo o BC, o sistema permanece bem capitalizado, com liquidez confortável e provisões adequadas para perdas esperadas. "Testes de estresse de capital e liquidez reforçam a resiliência do setor bancário em diferentes cenários econômicos. A rentabilidade das instituições financeiras se manteve estável, sustentando a capacidade de geração de capital. O relatório aponta que a liquidação de instituições do conglomerado Master não teve impacto sistêmico, com manutenção da confiança dos depositantes." - consta no relatório.

China suspende carnes brasileiras

A China suspendeu temporariamente as exportações de carne bovina de três frigoríficos brasileiros após identificar irregularidades sanitárias em cargas enviadas ao país. A medida atinge unidades da JBS, PrimaFoods e Frialto, em MT e MG. Segundo a Abiec, o embargo é preventivo e temporário. A Frialto informou que houve detecção de hormônio sintético em uma das cargas exportadas. O Ministério da Agricultura acompanha o caso junto às autoridades chinesas.

Divulgação/Magalu Cloud



Luiza Helena Trajano preside Conselho da Magalu

BNDES vai financiar Magalu Cloud

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou na segunda-feira(25) o financiamento de R\$ 300 milhões para a Magalu Cloud ampliar a oferta de serviços de armazenamento em nuvem no Brasil. Os recursos serão destinados à compra de equipamentos, pesquisa e expansão da infraestrutura da empresa, incluindo a implantação de um sexto data center em Fortaleza. O projeto integra o programa BNDES Mais Inovação e prevê ampliar a equipe de pesquisa e desenvolvimento da companhia para 375 profissionais até 2028.

Empresa francesa assume a Mills

A Mills, empresa brasileira de locação de máquinas, equipamentos e plataformas elevatórias para construção civil e indústria, com sede no Rio de Janeiro, anunciou a venda de 50,3% de seu capital para a francesa Loxam SAS, maior companhia de aluguel de equipamentos da Europa. O negócio prevê pagamento de R\$ 16 por ação. A Loxam também vai lançar oferta pública pelas ações restantes da empresa.

Projeção Inflação

O mercado financeiro elevou de 4,98% para 5,04% a projeção da inflação oficial para 2026, segundo o Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira (25) pelo Banco Central. Foi a 11ª alta consecutiva da estimativa para o IPCA, que voltou a superar o teto da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional.

PIB e Dólar

O Boletim Focus também trouxe revisão nas projeções para atividade econômica e câmbio. A expectativa de crescimento do PIB em 2026 subiu de 1,85% para 1,89%. Já a previsão para o dólar no fim do ano caiu de R\$ 5,20 para R\$ 5,17, após semanas de estabilidade nas estimativas do mercado.

Siscomex I

O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou que a conclusão do Portal Único de Comércio Exterior até dezembro pode reduzir em R\$ 40 bilhões por ano os custos de exportação e importação no país. Segundo ele, a medida deve diminuir burocracias, acelerar processos logísticos e ampliar a competitividade da indústria brasileira.

Siscomex II

O Portal Único de Comércio Exterior é uma plataforma digital do governo federal que unifica operações de exportação e importação. A proposta é integrar órgãos públicos e empresas em um único sistema, reduzindo o tempo de liberação de cargas, custos logísticos e etapas burocráticas do comércio exterior.

Dinheiro na conta I

A Mahle Metal Leve, empresa brasileira fabricante de componentes para motores, como pistões, anéis e sistemas de propulsão paga na quarta-feira(27) Juros Sobre o Capital Próprio (JCP) de R\$ 0,21 (corte em 16/12/2025) e dividendos de R\$ 0,25 e R\$ 1,78 (corte em 29/04/2026), em diferentes lotes de distribuição aos acionistas.

Dinheiro na conta II

A Taesa, transmissora de energia elétrica, também terá proventos pagos aos acionistas no dia 27 de maio envolvendo diferentes classes de ações. Para a TAEE11, os dividendos somam R\$ 0,15 e R\$ 0,76; para a TAEE3, há R\$ 0,05 e R\$ 0,25; e para a TAEE4, R\$ 0,25 por ação. Todas as distribuições têm data de corte em 29/04/2026.



Ministro da Fazenda, Dario Durigan, explica Eco Invest, em SP

Leilão da Eco Invest mobiliza R\$ 13,2 bilhões

Recursos são para Amazônia Legal, transição energética e inovação

Da Redação

A 4ª edição do leilão do programa Eco Invest Brasil mobilizou R\$ 13,2 bilhões para projetos de bioeconomia, turismo sustentável e infraestrutura verde no país. Mais da metade desse valor, cerca de R\$ 9 bilhões, será destinada a investimentos na Amazônia Legal. Os dados foram divulgados na segunda-feira (25), em São Paulo, pelos ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima e da Fazenda, por meio do Tesouro Nacional. A rodada foi apresentada durante a COP30 e tem foco em projetos voltados à Amazônia.

O leilão recebeu propostas de oito instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, ABC Brasil, Bradesco, BTG Pactual, Citibank, Itaú e Santander. Esses bancos disputam o acesso a recursos públicos que ajudam a viabilizar investimentos privados em projetos sustentáveis.

No total, as instituições pediram mais de R\$ 7,1 bilhões em recursos públicos chamados de capital catalítico, usado para reduzir riscos e facilitar a entrada de investidores privados. Esse tipo de recurso não financia diretamente os projetos, mas ajuda a tornar os investimentos mais viáveis.

Ao fim da disputa, foram aprovados R\$ 3,1 bilhões em capital público para operações apresentadas por ABC Brasil, Banco do Brasil, Bradesco e BTG Pactual. Segundo o governo, esse valor deve viabilizar

R\$ 13,2 bilhões em investimentos totais, incluindo R\$ 7,2 bilhões vindos do exterior.

O Eco Invest funciona como um modelo de parceria entre governo e setor privado. O Tesouro Nacional oferece empréstimos com juros baixos para as instituições financeiras. Em troca, cada R\$ 1 público precisa ser acompanhado por pelo menos R\$ 3 de recursos privados, parte deles de investidores estrangeiros. A lógica é aumentar o volume total de investimentos com menor uso de dinheiro público. Na prática, o programa busca direcionar capital para áreas com dificuldade de financiamento, como projetos ambientais e de transição energética. O mecanismo é conhecido como blended finance, em que recursos públicos são usados para reduzir riscos e atrair capital privado. Segundo o governo federal, os quatro leilões já realizados pelo programa somam mais de R\$ 140 bilhões em investimentos ligados à transição energética, recuperação de áreas degradadas e bioeconomia.

5º Eco Invest

Também na segunda(25), o governo lançou o 5º leilão do Eco Invest. A nova etapa será voltada para inovação e projetos em áreas como fertilizantes verdes, combustíveis sustentáveis, inteligência artificial aplicada à indústria, minerais críticos, sistemas de baterias, veículos elétricos, química verde e reciclagem de resíduos industriais. A expectativa é movimentar R\$ 50 bilhões.

Agronegócio, emprego e serviços sustentam PIB do Brasil

Levantamento anual do IBGE mostra safra recorde de grãos em 2025 e desemprego em 5,6%

O Brasil encerrou 2025 com crescimento de 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB), abaixo dos 3,4% registrados em 2024, segundo o levantamento "Indicadores Econômicos do Brasil 2025", divulgado pelo IBGE na semana passada. O avanço foi sustentado pela agropecuária e pelas exportações, enquanto consumo das famílias, indústria e comércio perderam ritmo ao longo do ano.

As exportações cresceram 6,2%, acima dos 2,8% de 2024. A Formação Bruta de Capital Fixo avançou 2,9%, enquanto a taxa de investimento permaneceu em 16,8% do PIB. Já o consumo das famílias desacelerou de 5,1% em 2024 para 1,3% em 2025.

Na agropecuária, a produção nacional de grãos somou 346,1 milhões de toneladas, alta de 18,2% frente às 292,7 milhões de toneladas de 2024. O volume representa novo recorde da série iniciada em 1975. A soja alcançou 166,1 milhões de toneladas,

aumento de 14,6%, enquanto o milho registrou 141,7 milhões de toneladas, crescimento de 23,6%.

O Mato Grosso respondeu por 32% da produção nacional de grãos, seguido por Paraná, com 13,5%, e Goiás, com 11,3%. As regiões Centro-Oeste, Sul, Sudeste, Nordeste e Norte apresentaram expansão da produção agrícola em 23,6%, 10,2%, 20,5%, 7,6% e 22,7%, respectivamente.

Na pecuária, os abates de bovinos cresceram 8,2%, para 42,9 milhões de cabeças. Os abates de suínos aumentaram 4,3%, enquanto os de frangos avançaram 3,1%. A produção de ovos atingiu 4,95 bilhões de dúzias, alta de 5,7%, no 28º recorde consecutivo da série histórica. A captação de leite subiu 8,5%, para 27,5 bilhões de litros.

A indústria cresceu 0,6% em 2025, abaixo dos 3,1% registrados em 2024. Entre os segmentos, os bens de consumo duráveis avançaram 2,4% e os bens intermediários, 1,4%. Já os bens de capital recuaram

1,5% e os bens de consumo semi e não duráveis tiveram queda de 1,7%.

As indústrias extrativas cresceram 4,9%, enquanto coque, derivados de petróleo e biocombustíveis recuaram 5,3%. Regionalmente, o Espírito Santo registrou alta de 11,6% na produção industrial, e o Rio de Janeiro, de 5,1%. Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte tiveram quedas de 12,8% e 11,8%, respectivamente.

O comércio varejista encerrou o ano com crescimento de 1,6%, nono avanço anual consecutivo. O varejo ampliado variou 0,1%. Entre os setores, móveis e eletrodomésticos cresceram 4,6%, enquanto artigos farmacêuticos, médicos e de perfumaria avançaram 4,5%.

No setor de serviços, o volume cresceu 2,9%, acumulando cinco anos seguidos de expansão. Os destaques foram os serviços de informação e comunicação, com alta de 5,5%, e transportes e logística, com avanço de 2,3%.

Mercado de Trabalho

No mercado de trabalho, a taxa de desocupação caiu para 5,6%, o menor nível da série histórica iniciada em 2012. Em 2024, a taxa havia sido de 6,6%. A população ocupada chegou a 103 milhões de pessoas, crescimento de 1,7% em relação ao ano anterior. O contingente de desocupados recuou 14,5%, para 6,2 milhões de pessoas.

O nível de ocupação atingiu 59,1%, também um recorde. Entre os empregados do setor privado com carteira assinada, o total alcançou 38,9 milhões de trabalhadores, maior número já registrado. O número de trabalhadores por conta própria passou de 25,5 milhões para 26,1 milhões, alta de 2,4%.

A informalidade recuou de 39% para 38,1% da população ocupada. Entre os segmentos econômicos, os maiores avanços no emprego ocorreram em informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, com alta de 6,8%, e em administra-

ção pública, saúde e educação, com crescimento de 5%.

Renda

O rendimento médio real do trabalho atingiu R\$ 3.694 em 2025, crescimento de 5,8% em relação a 2024 e de 18,6% frente a 2012. A massa de rendimento real chegou a R\$ 375,4 bilhões por mês, avanço de 7,7% em um ano e maior resultado da série histórica.

Inflação

A inflação encerrou 2025 em 4,26%, abaixo dos 4,83% de 2024. O grupo habitação teve a maior alta, de 6,79%, seguido por educação, com 6,22%, despesas pessoais, com 5,87%, e saúde e cuidados pessoais, com 5,59%. A energia elétrica residencial subiu 12,31% no ano. Entre os alimentos, o café moído acumulou alta de 35,65%, enquanto o chocolate em barra avançou 27,12%. Em sentido oposto, o arroz caiu 26,56% e o leite longa vida recuou 12,87%.



Soja alcançou 166,1 milhões de toneladas exportadas em 2025, sendo levantamento anual do IBGE

Participação feminina em conselhos de empresas sobe para 13,2% no Brasil

Ilustração/Imagem gerada por IA

A presença de mulheres em cargos de liderança nas empresas brasileiras cresceu na última década, mas segue distante da igualdade de gênero. É o que mostra o estudo "Cracking the Glass Ceiling: Women on Boards and Their Impact on Financial Performance", publicado na revista científica Gender, Work & Organization por Claudia Emiko Yoshinaga, Leticia L. N. Bellato e Nathália Ruggiero Gil.

A pesquisa analisou empresas listadas na B3 (Bolsa de Valores do Brasil) entre 2010 e 2020 para medir a participação feminina em conselhos de administração e diretorias executivas e verificar se a presença de mulheres influencia o desempenho financeiro das companhias.

O levantamento reuniu 2,9 mil

observações de empresas brasileiras. As autoras utilizaram modelos estatísticos para relacionar indicadores de governança corporativa com o desempenho de mercado medido pelo Tobin's Q, indicador usado para avaliar valor de mercado e expectativa futura das empresas. Os resultados apontaram que a presença feminina não teve impacto estatisticamente significativo sobre o desempenho financeiro das companhias. Segundo o estudo, a participação de mulheres nos conselhos e diretorias não gerou efeitos positivos nem negativos nos resultados financeiros.

Os dados também mostram avanço gradual da participação feminina ao longo da década. Nos conselhos de administração, as mulheres ocupavam 7,6% das cadeiras em 2010. Em 2020, o percentual



Mulheres líderes passaram de 7,6% em 2010 para 13,2% em 2020

chegou a 13,2%. Nas diretorias executivas, a participação passou de 7,4% para 12,2% no mesmo período. Apesar do crescimento, a presença feminina segue reduzida. Em 2020, a média de mulheres

por conselho de administração era inferior a uma integrante por empresa. Nas diretorias executivas, a média também ficou abaixo de uma mulher por companhia.

A pesquisa identificou ainda

que muitas empresas continuavam sem nenhuma mulher em posições estratégicas. Em 2019, mais da metade das companhias analisadas passou a ter ao menos uma mulher no conselho de administração. Já nas diretorias executivas, a ausência feminina permaneceu predominante ao longo da série histórica. O estudo também comparou o avanço da diversidade de gênero com o crescimento da presença de conselheiros independentes. Enquanto a participação feminina nos conselhos avançou 5,6 pontos percentuais na década, a presença de membros independentes subiu de 14,9% para 32%.

Segundo as autoras, os dados indicam que não há justificativa econômica para a baixa presença feminina nos cargos de liderança corporativa.

JORNAL DO SERVIDOR

DA
REDAÇÃO

Arquivo Rede Alesp



Audiência Pública acontece nesta terça-feira(26), às 19h

Alesp discute a volta das faltas abonadas para servidores

A Assembleia Legislativa de São Paulo realiza nesta terça-feira (26), às 19h, uma audiência pública em defesa da retomada das faltas abonadas para servidores estaduais. O encontro será no plenário Dom Pedro I da Alesp e reúne sindicatos e entidades do funcionalismo paulista. A mobilização pede a aprovação do PLC 32/2023, de autoria do deputado Carlos Giannazi (PSOL/SP), que restabelece o direito a até seis faltas abonadas por ano para os servidores públicos do estado. O benefício foi extinto pela Lei Complementar 1.361/2021, aprovada e sancionada pelo então governador João Dória, durante a reforma administrativa paulista. O projeto está na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp.

Concurso Conselho de Arquitetura de SP

As inscrições para o concurso do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP) terminam em 3 de junho. O certame oferece 36 vagas para cargos de níveis médio e superior, com salários de R\$ 5,2 mil a R\$ 10 mil, além de benefícios. As provas estão previstas para 26 de julho em 11 cidades paulistas. Inscrições são feitas pelo site da Fundação Vunesp. O edital também prevê formação de cadastro reserva para diferentes áreas.

Divulgação/Nav Brasil



Estatal Nav Brasil é responsável por serviços aéreos

Inscrições para concurso da NAV Brasil

Termina na quinta-feira (28), às 18h, o prazo de inscrição para o concurso público da NAV Brasil, estatal responsável pelos serviços de navegação aérea. O certame oferece vagas para níveis médio, técnico e superior, com salários entre R\$ 4.632,10 e R\$ 10.868,68. As inscrições são feitas pelo site da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com taxas de R\$ 83,64 e R\$ 93,64. As provas objetivas estão previstas para 2 de agosto em 11 cidades do país, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro. O edital também prevê formação de cadastro reserva para diferentes áreas administrativas e operacionais.

Fiocruz com inscrições para Olimpíada

Professores de escolas públicas e privadas têm até 30/junho para inscrever trabalhos na 13ª Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente, da Fiocruz. A iniciativa aceita projetos de estudantes do Ensino Fundamental II, Ensino Médio, EJA e ensino técnico nas categorias Produção Audiovisual, Texto e Projeto de Ciências. Desde 2001, a olimpíada mobilizou 3,6 mil escolas, 28,5 mil professores e 510 mil estudantes.

Sala dos Servidores

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI) inaugurou a Sala dos Servidores e Servidoras do Poder Judiciário. O espaço foi criado para proporcionar acolhimento, integração e bem-estar aos profissionais da Justiça Estadual, sendo planejado para funcionar como um ambiente de convivência e diálogo.

Educação I

Minas Gerais amplia o quadro de profissionais da educação pública estadual. Junto das nomeações em andamento do concurso regido pelo Edital 01/2025, o Estado publicou a nomeação de outros 92 aprovados no concurso público da Educação do Edital 3/2023. Os nomeados devem acompanhar o Diário Oficial.

Educação II

As nomeações abrangem 46 cargos de Analista Educacional (ANE), 10 de Analista Educacional - Inspetor Escolar, nove de Professor de Educação Básica e 18 de Técnico da Educação. Os novos servidores irão atuar nos Quadros do Magistério e Administrativo em unidades escolares de todas as regiões do estado.

Gratificações I

A polícia Civil da Bahia realiza ações para valorizar os seus servidores. No mês de maio, cerca de 4700 policiais civis receberam progressões, gratificações e incentivos. As iniciativas são resultados de políticas de reconhecimento profissional, que estimulam, reconhecem e fortalecem o desempenho dos profissionais que atuam na segurança.

Gratificações II

Entre as medidas de destaque estão as progressões da Gratificação de Polícia Judiciária (GAPJ) e da Gratificação de Atividade Judicial (GAJ), que beneficiaram 602 servidores; a gratificação por titulação, concedida a 490 policiais; e o Prêmio por Desempenho Policial (PDP), que alcançou 3.685 integrantes.

Saúde mental

O Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) publicou uma ata para contratação de serviços de saúde mental voltados a servidores públicos. O modelo prevê atendimentos psicológicos e psiquiátricos on-line e poderá ser utilizado por órgãos públicos. A medida gerou economia R\$ 69 milhões aos cofres públicos.



Regra é para professores com nível médio e 40 h/semanais.

Piso dos professores aguarda votação

Texto aprovado pela Câmara fixa piso nacional em R\$ 5.130,63

Da Redação

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 4/2026, derivado da Medida Provisória 1.334/2026, que altera as regras do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica. O texto segue agora para análise do Senado Federal e precisa ser votado até 1º de junho para não perder a validade. Até segunda(25), porém, o Senado ainda não havia divulgado data para apreciação em plenário.

A medida provisória entrou em vigor em janeiro, após publicação pelo governo federal, mas depende da aprovação do Congresso Nacional para se transformar em lei definitiva. Conforme as regras de tramitação das MPs, a proposta passa primeiro por uma comissão mista formada por deputados e senadores, depois é votada pela Câmara e, por fim, pelo Senado. Se o prazo máximo de tramitação for encerrado sem aprovação, a medida perde eficácia.

O texto aprovado pelos deputados fixa o piso nacional do magistério em R\$ 5.130,63 para profissionais com formação em nível médio, na modalidade normal, e jornada de 40 horas semanais. A proposta também modifica a forma de reajuste anual do piso, vinculando a atualização à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e à evolução das receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação (Fundeb). Pela nova fórmula, o reajuste anual será composto pela soma da variação acumulada do INPC no ano anterior e de 50% da média de crescimento real das receitas do Fundeb nos cinco anos anteriores. O texto também estabelece limites: o reajuste não poderá ser inferior à inflação acumulada nem superior ao crescimento nominal das receitas do fundo. A proposta amplia a definição dos profissionais contemplados pelo piso salarial nacional. Além dos professores, passam a ser incluídos trabalhadores que atuam em funções de direção, supervisão, coordenação, planejamento e orientação educacional nas unidades escolares de educação básica. O projeto também inclui profissionais contratados temporariamente. Outro ponto na proposta é a obrigação de o Ministério da Educação divulgar, em plataforma digital aberta, até o último dia útil de janeiro de cada ano, a memória de cálculo utilizada para definir o reajuste do piso, com dados do Fundeb, metodologia aplicada, série histórica e parecer técnico.

Durante a tramitação, a medida provisória recebeu 34 emendas parlamentares. O parecer aprovado na comissão mista foi relatado pela senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO).

Caso o Senado aprove o texto sem alterações, a matéria seguirá para promulgação. Se os senadores fizerem mudanças, o projeto precisará retornar à Câmara antes de ser enviado para sanção presidencial.

CORREIO PAULISTANO

Divulgação/Câmara de SP



Vigência será de 60 meses e valor, de R\$ 663 milhões

Instituto Baccarelli é novo gestor do Theatro Municipal

A Fundação Theatro Municipal de São Paulo homologou o resultado do chamamento público que definiu o Instituto Baccarelli como novo gestor do Complexo Theatro Municipal pelos próximos cinco anos. A decisão foi publicada nesta segunda-feira (25) no Diário Oficial da Cidade. Na classificação definitiva, o Instituto Baccarelli obteve 73 pontos, enquanto a Sustenidos Organização Social de Cultura recebeu 62,5 pontos. O processo avaliou critérios técnicos, artísticos, administrativos e financeiros das propostas apresentadas. Segundo o parecer, o Instituto apresentou desempenho técnico mais consistente, com destaque para os eixos relacionados à qualificação das equipes técnicas e artísticas, coerência institucional.

Homologação final do resultado

Com a homologação, a Fundação Theatro Municipal autorizou o novo contrato de gestão com o Instituto Baccarelli. O contrato terá vigência de 60 meses e valor global de R\$ 663 milhões, condicionado à aprovação das respectivas dotações orçamentárias nas Leis Orçamentárias. O Complexo Theatro Municipal reúne o Theatro Municipal, a Praça das Artes e os corpos artísticos municipais, como a Orquestra Sinfônica e o Balé da Cidade.

Divulgação/Prefeitura de SP



Pesquisa ouviu 1.600 pessoas durante os dois dias

4,8 milhões de pessoas na Virada

Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), encomendada pela Secretaria Municipal de Cultura do município aponta que a Virada Cultural deste ano reuniu 4,8 milhões de pessoas e movimentou R\$ 1,1 bilhão na economia paulistana. De acordo com a FGV, 84,4% dos entrevistados classificaram a programação da Virada Cultural como ótima ou boa. Outro destaque foi o impacto no turismo: 84,8% dos turistas entrevistados afirmaram que a Virada foi o principal motivo da viagem à cidade de São Paulo no período do evento.

Perfil do público presente

O perfil do público identificado pela pesquisa aponta predominância de adultos jovens: 32,1% dos entrevistados tinham entre 26 e 35 anos, seguidos por 27% entre 18 e 25 anos. O público presente no evento apresentou distribuição equilibrada entre homens (50,3%) e mulheres (48%). Em relação à escolaridade, 43,2% possuíam ensino superior completo e 11,1% tinham pós-graduação.

Mutirão I

A Prefeitura de São Paulo realiza no dia 29 de maio o primeiro Mutirão de Atendimento Jurídico para o Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica da cidade, no Centro de Referência e Cidadania da Mulher (CRCM) São Miguel, das 10h às 16h. O evento terá orientação jurídica, acolhimento psicossocial.

Mutirão II

Haverá também assistência social, com a atuação de profissionais especializados no atendimento a casos de violência doméstica e de gênero. A ação também contará com a participação da equipe do Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva Maria Auxiliadora Lara Barcelos — Casa SER Dorinha.

Nove de Julho I

A Prefeitura de SP realizou uma Audiência Pública presencial para apresentar e debater com a população o projeto da futura Praça de Retenção e Infiltração da Avenida Nove de Julho. O projeto de drenagem na Avenida Nove de Julho estava em consulta pública, que terminou no último dia 22 de maio

Nove de Julho II

A área total do projeto é de 27 mil m². Entre os dispositivos previstos estão um canteiro pluvial, dois reservatórios de detenção, oito biovaletas, 32 poços de infiltração, além de terraços e jardins de chuva que somam uma área de 569 m². Juntos, esses elementos permitirão uma capacidade de armazenamento e infiltração de 5.000 m³ de água.

1.800 vagas I

As unidades do Cate (Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo) iniciam a última semana com mais de 1.800 vagas de emprego em processos seletivos nas áreas do comércio, serviços, saúde, construção civil, entre outros. Os salários variam de R\$ 1.159 (operador de caixa) a R\$ 5.500 (gerente administrativo).

1.800 vagas II

Para participar das seleções, os candidatos devem se cadastrar até este quarta-feira (27) pelo Portal Cate ou em um dos postos fixos ou móveis do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo. Para o atendimento presencial, é necessário apresentar RG, CPF e carteira de trabalho, física ou digital.



Controladores participam de Conferência Internacional

CGM-SP confirma adesão à Rede de Controle

Acordo reúne órgãos para ações conjuntas de fiscalização

Da Redação

A Controladoria-Geral do Município (CGM) de São Paulo formalizou sua entrada na Rede de Controle da Gestão Pública no Estado de São Paulo, iniciativa que reúne órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal para atuação cooperativa em fiscalização, controle e gestão pública.

O acordo de cooperação técnica foi assinado em 9 de abril deste ano e tem vigência prevista de 60 meses. Segundo os documentos publicados pela própria administração municipal da capital, o instrumento não prevê transferência de recursos financeiros entre os participantes da Rede de Controle.

Objetivo do acordo

De acordo com o texto do acordo, o objetivo é ampliar a articulação entre instituições responsáveis por atividades de controle e fiscalização, permitindo a formação de parcerias, intercâmbio de informações e desenvolvimento de ações coordenadas voltadas ao acompanhamento da gestão pública.

A Rede de Controle paulista reúne diferentes órgãos públicos ligados às áreas de auditoria, controle interno, fiscalização, tribunais de contas, Ministérios Públicos, procuradorias, segurança pública e administração. A proposta é criar mecanismos

permanentes de cooperação institucional para compartilhamento de dados, experiências e estratégias entre os integrantes.

Entre as medidas previstas no acordo estão reuniões periódicas, troca de informações, realização de atividades conjuntas e compartilhamento de práticas administrativas entre os participantes. O plano de trabalho também prevê iniciativas voltadas ao aumento da eficiência e da integração das ações de controle no âmbito estadual.

Articulação do grupo

Segundo informações divulgadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a formação da rede amplia um modelo de articulação institucional que vinha sendo desenvolvido anteriormente em iniciativas voltadas ao enfrentamento de irregularidades e à integração entre órgãos públicos. A proposta atual amplia esse escopo para temas relacionados à administração pública e acompanhamento da gestão.

A adesão da CGM ocorre em um contexto de ampliação de instrumentos de cooperação técnica entre órgãos de controle. Registros públicos da própria Controladoria indicam que o município mantém acordos semelhantes para intercâmbio de informações e desenvolvimento de projetos com outras instituições públicas.

Caiado propõe tratar facções como terrorismo na Amazônia

Zema também participa de encontro com foco em segurança pública

O ex-governador de Goiás e pré-candidato à Presidência da República, Ronaldo Caiado (PSD), defendeu nesta segunda-feira (25) que facções criminosas passem a ser enquadradas como organizações terroristas no Brasil. A declaração foi feita na Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham) durante encontro com empresários na cidade de São Paulo, que reuniu também o ex-governador do estado de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), em um debate sobre segurança pública e cenário nacional à respeito.

Ao apresentar propostas para a área, Caiado afirmou que o avanço do crime organizado exige uma resposta mais ampla do Estado brasileiro e associou o tema diretamente à situação da Amazônia. Segundo ele, o enquadramento jurídico das facções como terrorismo permitiria ampliar instrumentos de enfrentamento e fortalecer

mecanismos de atuação federal.

Durante a exposição, o ex-governador goiano afirmou que parte da região amazônica enfrenta pressão crescente de organizações criminosas e defendeu maior presença do Estado em áreas de fronteira. Na avaliação dele, o combate ao crime organizado exige coordenação entre forças de segurança e integrações federais.

No Governo Federal

Ronaldo Caiado também declarou que, em um eventual mandato à frente do governo federal, defenderia o emprego articulado das Forças Armadas, das forças policiais e dos órgãos de inteligência em ações voltadas ao enfrentamento dessas organizações. O ex-governador citou ainda a necessidade de ampliar mecanismos de cooperação internacional e fortalecer ações de monitoramento de todas as fronteiras brasileiras.



A declaração foi feita na Câmara Americana de Comércio para o Brasil em São Paulo

Romeu Zema

O ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), também participou do encontro e integrou o debate ao lado de Caiado. Na cobertura do evento, o ex-governador mineiro apareceu como uma das lideranças presentes na discussão sobre temas nacionais e na aproximação com setores do empresariado em meio ao ambiente político voltado para as eleições deste ano de 2026.

A proposta apresentada de equiparar facções criminosas ao terrorismo se soma a algumas discussões que já apareceram em diferentes momentos do debate político brasileiro. Defensores da medida argumentam que uma mudança legal poderia ampliar os instrumentos de combate às organizações criminosas, além de fortalecer, também, os acordos de cooperação internacional com outros países ao redor do mundo.

Tema enfrenta resistências

Por outro lado, o tema encontra resistência entre especialistas do assunto e setores do governo federal, que costumam apontar diferenças entre os conceitos jurídicos de terrorismo e de organização criminosa previstos na legislação brasileira. Pela norma em vigor, os dois enquadramentos possuem requisitos e objetivos distintos.

O encontro desta segunda-feira reuniu representantes do setor produtivo e ocorreu em um momento de intensificação das movimentações políticas para a disputa presidencial de 2026. Segurança pública, atuação federal e estratégias para enfrentamento do crime organizado estiveram entre os temas centrais das discussões.

Apesar da defesa feita por Caiado, a proposta ainda não foi formalizada em projeto legislativo e dependeria de trami-

tação e aprovação no Congresso Nacional para avançar.

Soberania nacional

Além da discussão sobre segurança pública, Caiado relacionou a proposta ao debate sobre soberania nacional e presença do Estado em áreas consideradas estratégicas da Amazônia. Segundo Caiado, o fortalecimento das estruturas federais de fiscalização e controle territorial deveria ocorrer de forma permanente e integrada entre órgãos públicos.

Ao defender mudanças no enfrentamento ao crime organizado, Caiado argumentou que o modelo atual precisa de maior capacidade de coordenação entre inteligência, policiamento e controle de fronteiras. O tema tem sido recorrente em declarações de pré-candidatos e integrantes da oposição ao governo federal e aparece entre os assuntos que devem permanecer no centro da agenda nos próximos meses.

Cidade de São Paulo inicia estruturação de circuito turístico na Trilha Interparques

Daniel Reis/Prefeitura de SP

A Prefeitura de São Paulo iniciou a estruturação de um circuito turístico associado à Trilha Interparques, percurso localizado no extremo sul da capital que conecta áreas de conservação ambiental e busca ampliar atividades ligadas ao turismo, mobilidade ativa e economia local.

A iniciativa está vinculada à Trilha Interparques, rota criada para interligar unidades de conservação, parques e outras áreas protegidas da região sul do município. A proposta prevê organizar o território para receber visitantes e fortalecer atividades econômicas relacionadas ao fluxo turístico, incluindo serviços, alimentação, hospedagem e comércio local.

Lançada em 2025, a trilha possui cerca de 182 quilômetros de extensão e conecta parques muni-

cipais, estaduais, represas e reservas ambientais. O percurso integra o Polo de Ecoturismo da capital e atravessa regiões como Parelheiros, Marsilac e Ilha do Bororé.

Segundo informações divulgadas pela administração municipal, a fase atual concentra ações de planejamento para transformar o trajeto em um circuito turístico estruturado. Entre os elementos considerados estão sinalização, pontos de apoio aos usuários, comunicação ao visitante, integração entre atrativos e estratégias para incentivar deslocamentos por caminhada e bicicleta.

A diretriz de mobilidade ativa aparece como um dos eixos centrais do projeto. Nesse modelo, o deslocamento deixa de ser apenas um meio para chegar ao destino e passa a integrar a experiência



Trilha Interparques é uma lei aprovada no fim de 2025

turística, estimulando percursos realizados sem veículos motorizados e valorizando a permanência nos territórios atravessados.

Outro objetivo anunciado é ampliar oportunidades econô-

micas em bairros próximos ao percurso. A expectativa da gestão municipal é que o aumento da circulação de visitantes gere demanda para pequenos negócios e serviços associados ao tu-

rismo de natureza. A proposta também considera o aproveitamento de estruturas já existentes ao longo da rota, evitando a necessidade de criar novos equipamentos em toda a extensão.

A Trilha Interparques foi institucionalizada por lei municipal aprovada no fim de 2025. O texto estabelece que o corredor ambiental deve promover conservação, ecoturismo e integração com comunidades locais, além de permitir futuras expansões para incluir novas áreas protegidas.

Entre os locais abrangidos pelo percurso estão áreas como os parques naturais municipais de Bororé, Varginha, Itaim, Jacguava e Cratera de Colônia, além de unidades estaduais e áreas de proteção ambiental localizadas no extremo sul da cidade.

CORREIO GRANDE SP

Divulgação/Prefeitura de Mogi das Cruzes



O vice-prefeito participou de reunião para investimentos

Reunião em Brasília debate recursos para Mogi das Cruzes

O vice-prefeito de Mogi das Cruzes, Téo Cusatis, se reuniu com o Ministro das Cidades, Antônio Vladimir Moura Lima, em Brasília (DF), para planejar a liberação de recursos federais destinados a obras e investimentos em infraestrutura para a cidade. A reunião foi intermediada pelo deputado federal Baleia Rossi e pelo vereador Mauro Araújo, e contou com a participação do secretário municipal de Gestão e Contratações Públicas. Foram debatidos convênios e projetos que aguardam evolução técnica e administrativa, focando em três obras estruturantes para a cidade: a implantação da Perimetral Sul, a revitalização completa da Avenida Engenheiro Miguel Gemma e a ampliação e recuperação da Avenida Japão.

Obras somam mais de R\$ 180 milhões

A **Perimetral Sul** deverá ligar a Rodovia Mogi-Bertioga à Rodovia Mogi-Salesópolis. A obra faz parte do programa Integra Mogi e prevê investimento de R\$ 142,9 milhões.

A **revitalização** da Avenida Engenheiro Miguel Gemma, estimada em R\$ 37,4 milhões, com melhorias estruturais, intervenções de mobilidade urbana e recuperação completa da via. Também foi discutida a **pavimentação** da Avenida Japão, que terá investimento de R\$ 4,8 milhões.

Alex Cavanha/Prefeitura de Santo André



A cidade sobe em ranking de potencial de consumo

Santo André cresce em consumo

Uma pesquisa da consultoria IPC Maps mostrou que Santo André ocupa a 15ª posição entre as cidades com maior potencial de consumo no Brasil. A cada R\$ 100 pagas pelos consumidores no país, R\$ 0,55 são gastos em Santo André. A cidade avança uma posição na lista, comparado ao ano passado, e é a primeira entre as cidades do ABC. Além disso, o município começou a ocupar a quarta posição no cenário estadual neste setor. A pesquisa aponta ainda que houve um crescimento de 3% em relação 2025 no potencial de consumo do país

Consumo de R\$150,4 Bilhões

Segundo levantamento, o potencial total de consumo das famílias brasileiras deve atingir a marca de R\$8,2 trilhões em 2026. No ABC, o potencial de consumo é estimado em R\$ 150,4 bilhões, alta de 10,45% em relação ao ano passado, quando o valor foi de R\$ 136,2 bilhões. Segundo a pesquisa, a cada R\$ 100 gastos por consumidores, R\$ 1,75 devem ser movimentados na região

Vagas de Emprego

Guarulhos realiza, nesta terça-feira (26), um mutirão de empregos com mais de 300 vagas em diferentes áreas no Centro Municipal de Educação Adamastor. As oportunidades incluem cargos de diferentes áreas. Para participar, os candidatos devem levar RG, CPF e um currículo impresso atualizado.

Novo secretário

Barueri empossou Jorge de Albuquerque como secretário da Comunicação no município. Ele assume a pasta que é responsável pela divulgação das ações, serviços e políticas públicas da cidade. Desde 2023, Jorge era da equipe da Secretaria de Comunicação. “Eu jamais imaginei um momento desses”, disse ele.

Cotia I

A Guarda Civil Municipal de Cotia terá, pela primeira vez, uma mulher no posto mais alto da corporação. A nova comandante da GCM é Isabel Casaçola Mendes, uma das primeiras mulheres a fazerem parte da instituição, em 1998. Isabel agora passa a liderar a corporação vinculada à Secretaria de Segurança Pública.

Cotia II

Bacharel em Direito e pós-graduada em Gestão de Segurança Pública, Isabel possui cursos operacionais em Gerenciamento de Crise, Primeiro Interventor em Ocorrências com Reféns, Controle de Distúrbios Cívicos e manuseio de armas longas. Ao longo da carreira, acumulou experiência em diferentes áreas da segurança pública.

São Bernardo I

O futuro Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São Bernardo retoma as obras, tendo a previsão de conclusão da primeira etapa até março de 2027. A unidade está prevista para estar em completo funcionamento no primeiro semestre de 2028. O AME terá, aproximadamente, 6,6 mil metros quadrados.

São Bernardo II

A unidade receberá pacientes de todo Grande ABC e terá capacidade de realizar, mensalmente, 10 mil consultas de especialidades, 5 mil exames de apoio diagnóstico e até 1000 cirurgias de pequeno e médio porte. O investimento municipal total é de R\$ 22 milhões. A segunda etapa de construção será licitada.



A medida é preventiva e funciona desde agosto de 2025

Economia de 146 bilhões de litros na Grande SP

A medida visa reduzir o impacto da falta de chuvas na região

Da redação

A Gestão da Pressão Noturna na Região Metropolitana de São Paulo, medida implementada para preservar o nível dos mananciais durante o período de seca, economizou 146 bilhões de litros de água — volume equivalente ao consumo de 25 milhões de pessoas por 30 dias, o dobro da população da capital paulista. Desde agosto de 2025, a Sabesp adota a redução da pressão da água entre 19h e 5h, período em que o consumo de água é menor.

A ação é preventiva e temporária, atendendo a uma decisão da Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo) e do Governo de São Paulo, com o objetivo de preservar os reservatórios que abastecem a Região da Grande SP.

Investimentos e segurança hídrica

Para reduzir os impactos da estiagem na Grande São Paulo, a Sabesp também implementou uma estratégia que combina gestão da demanda noturna, reforço operacional e investimentos estruturais. A Companhia busca ampliar a integração entre os sistemas produtores, aumentar a capacidade de transferência de água entre regiões, modernizar redes e intensificar o combate às perdas. Na prática, as medidas ampliam a oferta sem pressionar ainda mais os mananciais já sobrecarregados.

A empresa mantém um programa de investimentos em segurança hídrica, com foco na diversificação de fontes, aumento da reserva e ampliação da resiliência dos sistemas diante dos impactos da emergência climática. Até 2027, a Companhia prevê investir mais de R\$ 5 bilhões em obras que devem ampliar a oferta de água em cerca de 8 mil litros por segundo, beneficiando aproximadamente 22 milhões de pessoas na Região Metropolitana.

Programa social e consumo consciente

Além das ações operacionais e dos investimentos em segurança hídrica, a Sabesp também ampliou o programa Reserva Certa, responsável pela instalação gratuita de caixas-d'água para famílias de baixa renda enquadradas nas Tarifas Social e Vulnerável. Segundo a Companhia, mais de duas mil famílias já foram beneficiadas pela iniciativa.

A empresa reforça ainda que o consumo consciente de água segue como parte essencial da estratégia adotada durante os períodos de estiagem. De acordo com a Sabesp, a participação da população, juntamente com as medidas operacionais e aos investimentos em infraestrutura, contribui diretamente para a preservação dos recursos hídricos e para garantir mais segurança no abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo.

CORREIO PAULISTA

Rodrigo Romeo/AleSp



Entre os assuntos esteve o Projeto de Lei 1316/2025

Deputados debatem educação e greve em sessão na Alesp

Deputados da Alesp debateram, nesta segunda-feira (25), temas de interesse público durante a 66ª Sessão Ordinária, realizada no Plenário Juscelino Kubitschek. Entre os assuntos discutidos esteve o Projeto de Lei 1316/2025, encaminhado pelo Executivo, que propõe alterações em oito leis complementares ligadas às carreiras da educação estadual. A proposta trata de faltas-aula, bonificações, progressão funcional e avaliações de desempenho de professores e demais profissionais do setor. Os parlamentares também discutiram a greve dos trabalhadores do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP), iniciada no último dia 21, com reivindicações relacionadas à valorização profissional e condições de trabalho.

Ato destaca lideranças paulistas

A Assembleia Legislativa de São Paulo realizou, nesta segunda-feira (25), um ato solene em homenagem a lideranças de diferentes setores públicos. Durante o evento, proposto pela deputada Leticia Aguiar (PL), foram entregues 25 moções de aplauso a profissionais reconhecidos por atuações comunitárias. Homenageadas ligadas à segurança pública destacaram os desafios emocionais da carreira e a falta de reconhecimento profissional.

Divulgação/Assessoria



O parlamentar solicita análise de possível vilipêndio

Balas pede investigação do MASP

O deputado estadual Danilo Balas protocolou representação no Ministério Público de São Paulo pedindo apuração sobre a exposição "La Chola Poblete: pop andino", em cartaz no MASP. O parlamentar solicita análise de possível vilipêndio a símbolos cristãos e mórmons, além de investigação sobre eventual uso de recursos públicos e incentivos culturais. Balas afirmou que a iniciativa não busca censura, mas equilíbrio entre liberdade de expressão e respeito à liberdade religiosa. O caso foi encaminhado ao MP no último dia 24, em São Paulo.

Curso discute legado de Milton Santos

A Alesp sediou, nesta segunda-feira (25), curso sobre o pensamento e o legado do geógrafo Milton Santos. O evento, realizado no Auditório Teotônio Vilela, reuniu pesquisadores, estudantes e ativistas para discutir políticas de igualdade racial. A programação integrou as celebrações do centenário do intelectual baiano e destacou o uso de dados científicos no combate às desigualdades sociais.

Operação Procon

Fiscalização do Procon-SP em 45 postos de combustíveis de 10 cidades paulistas, entre 18 e 21 de maio, não identificou irregularidades na qualidade da gasolina, diesel e etanol vendidos. A operação também verificou normas de defesa do consumidor, venda de bebidas alcoólicas e lei antifumo.

Reunião no Vale

O deputado Danilo Balas e a liderança Léo Omori discutiram, na Alesp, demandas para Ilha Comprida nas áreas de saúde e segurança pública. O encontro também abordou ações para fortalecer o turismo e o desenvolvimento do Vale do Ribeira, incluindo evento previsto para junho em Iguape.

Cultura armênia

A Alesp promoveu nesta segunda-feira (25) a primeira edição de 2026 do evento "Cultura Humana", dedicada à cultura armênia. A programação reuniu palestras, apresentação de documentos históricos e danças tradicionais do grupo Kilikia, além de debates sobre imigração, memória e identidade do povo armênio no estado.

Evento do agro

A Assembleia Legislativa de São Paulo sediou, no sábado (23), a quarta edição do programa "Semeando Liberdade", voltado ao agronegócio. O encontro debateu inovação no campo e viticultura, com participação do deputado Lucas Bove e da especialista Célia Carbonari, que destacou o crescimento do mercado nacional de vinhos e o potencial paulista.

TJ abre acervo

O Tribunal de Justiça integrou a programação da Virada Cultural e da Semana Nacional dos Museus com visitas monitoradas e apresentações artísticas no Palácio da Justiça e no Museu do TJSP. Cerca de 1,8 mil pessoas participaram das atividades, que destacaram patrimônio histórico, arquitetura, memória e música na capital paulista.

Eleição no TJSP

O Tribunal de Justiça de São Paulo abriu nesta segunda-feira (25) inscrições para três vagas no Órgão Especial, sendo duas da Classe Carreira e uma da Classe Advogado. As candidaturas podem ser feitas até 3 de junho, por sistema virtual. A eleição ocorrerá em 25 de junho para mandato no biênio 2026-2028.



A proposta busca construir uma regulação mais forte

Arsesp amplia fiscalização em obras urbanas de SP

Força-tarefa terá duração inicial de três meses e prevê novas regras

Por Ana Laura Gonzalez

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) iniciou nesta segunda-feira (25) uma força-tarefa para ampliar a fiscalização de obras executadas em locais com tubulações compartilhadas por diferentes concessionárias. A ação terá duração inicial de três meses e prevê acompanhamento regulatório e técnico das intervenções realizadas em vias públicas.

Segundo a agência, a medida faz parte de um conjunto de iniciativas voltadas ao reforço da segurança em obras conduzidas por concessionárias reguladas e fiscalizadas pela Arsesp. Entre as ações anunciadas estão a atualização do Manual de Boas Práticas de Gestão Compartilhada de Obras e a criação de um grupo técnico permanente para prevenção de acidentes e aperfeiçoamento dos procedimentos operacionais.

A Arsesp também definiu diretrizes imediatas para a execução e retomada de intervenções conjuntas em áreas urbanas com redes subterrâneas de saneamento e gás canalizado. Nas últimas semanas, a Sabesp suspendeu obras que exigiam atuação compartilhada com concessionárias de gás.

De acordo com a agência, a atualização do manual e a proposta de deliberação que prevê sanções para o descumprimento dos protocolos estabelecidos serão submetidas à consulta pública ainda neste

mês. O período para envio de contribuições ficará aberto entre terça-feira (26) e 9 de junho. A proposta, segundo a Arsesp, busca fortalecer a regulação do setor, ampliar a transparência e incentivar a participação social na definição de normas voltadas à segurança e à coordenação das intervenções urbanas.

O diretor-presidente da Arsesp, Diego Allan Vieira Domingues, afirmou que a agência pretende reforçar os mecanismos de fiscalização e prevenção. "A Agência irá aprimorar protocolos e diretrizes atualmente adotados nas intervenções compartilhadas em áreas públicas. Estamos adotando medidas para reforçar a fiscalização, aprimorar os mecanismos de prevenção e ampliar a segurança da população", declarou ele.

O grupo técnico permanente será formado por representantes das áreas técnicas da Arsesp e poderá contar com a participação das concessionárias em reuniões periódicas. A finalidade será acompanhar procedimentos, discutir medidas preventivas e propor melhorias operacionais em obras compartilhadas. Segundo Domingues, embora as obras de engenharia civil já sigam normas próprias de segurança, a agência identificou a necessidade de fortalecer os protocolos existentes. "As melhorias e a manutenção dos serviços são necessárias, mas a segurança da população deve ser prioridade em qualquer intervenção realizada pelas concessionárias", afirmou.

Governo amplia SUS Paulista para hospitais municipais

Programa prevê R\$ 760 milhões anuais para custeio de hospitais municipais em 77 cidades

Divulgação/Governo de SP

O Governo de São Paulo oficializou a criação do programa Tabela SUS Paulista Municipal, nova etapa da política estadual de complementação financeira aos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde. O decreto foi publicado em edição extra do Diário Oficial do Estado e prevê cerca de R\$ 760 milhões em repasses anuais para hospitais administrados pelas prefeituras paulistas.

A medida deverá beneficiar 100 hospitais municipais distribuídos em 77 cidades do estado. A iniciativa amplia a abrangência da Tabela SUS Paulista, criada para reduzir a defasagem histórica dos valores pagos pela tabela nacional do SUS e garantir maior equilíbrio financeiro às unidades públicas de saúde.

Segundo o governo estadual, os recursos serão destinados ao custeio de procedimentos hospitalares de média e alta complexidade, além dos serviços de terapia renal substitutiva realizados diretamente pelos municípios. O objetivo é ampliar a capacidade de atendimento, fortalecer a rede regional de assistência e garantir maior previsibilidade orçamentária às administrações municipais. Durante anúncio da medida, o governador Tarcísio de Freitas afirmou que o programa permitirá aumentar a realização de procedimentos e cirurgias nos hospitais municipais. Segundo ele, o reforço financeiro também deve contribuir para melhorar a estrutura de atendimento à população em diferentes regiões do estado.



A iniciativa tem como objetivo complementar o custeio de atendimentos hospitalares

O anúncio da ampliação da Tabela SUS Paulista havia sido feito anteriormente durante a Caravana 3D — Desenvolvimento, Dignidade e Diálogo, realizada no Grande ABC. Com a publicação do decreto, o programa entra agora na fase de adesão das prefeituras e regulamentação operacional pela Secretaria de Estado da Saúde.

O secretário estadual da Saúde, Eleuses Vieira de Paiva, afirmou que

o programa representa um avanço no fortalecimento da rede pública e amplia o apoio financeiro aos municípios para garantir maior acesso da população aos serviços hospitalares.

A Secretaria de Estado da Saúde deverá publicar nos próximos dias as normas operacionais do programa, incluindo critérios da tabela complementar de custeio, mecanismos de acompanhamento dos repasses e formas de controle da utilização dos

recursos. Para aderir ao programa, os municípios precisarão firmar termo específico com a pasta estadual. O documento terá validade de 12 meses, com possibilidade de renovação conforme critérios definidos pelo governo paulista.

Entre as exigências estabelecidas estão a existência de Fundo Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Saúde e Plano Municipal de Saúde atualizados, além da regularidade

no envio de informações hospitalares aos sistemas oficiais do SUS.

As prefeituras também deverão indicar as unidades cadastradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e disponibilizar leitos e vagas no sistema estadual de regulação. A medida busca ampliar a integração regional da assistência hospitalar e otimizar o acesso dos pacientes aos serviços de saúde.

Entre os hospitais contemplados estão unidades localizadas na Grande São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Sorocaba, Taubaté, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru, Piracicaba e outras regiões paulistas. A lista inclui hospitais municipais, maternidades, centros hospitalares e unidades especializadas em atendimento de urgência, clínica médica e hemodiálise.

Na região metropolitana da capital, serão atendidas unidades como o Hospital Municipal de Diadema, o Hospital Municipal de Barueri, o Hospital de Clínicas Dr. Radamés Nardini, em Mauá, e o Complexo Hospitalar de Santo André. No interior, a relação contempla hospitais de municípios como Paulínia, Pedreira, Itapira, Ibiúna, Votorantim, Peruíbe, Mongaguá, Guapiara e Taubaté.

O governo estadual informou que a ampliação da Tabela SUS Paulista pretende reduzir dificuldades financeiras enfrentadas por hospitais municipais e ampliar a oferta de atendimentos em diferentes especialidades.

PM Ambiental inicia operação contra queimadas

Divulgação/Governo de SP

A Polícia Militar Ambiental iniciou nesta segunda-feira (25) a Operação Huracán, ação de fiscalização e prevenção voltada ao combate de queimadas e incêndios florestais em todo o estado de São Paulo. A operação segue até quinta-feira (29) e concentra esforços em áreas consideradas mais vulneráveis durante o período de estiagem.

As equipes irão intensificar o monitoramento de aceiros, margens de rodovias e ferrovias, estradas rurais, unidades de conservação ambiental e áreas de cultivo de cana-de-açúcar. O objetivo é identificar falhas na manutenção e situações que possam facilitar a propagação do fogo, especialmente em regiões de vegetação nativa e propriedades rurais com maior risco de incêndios.

Durante a operação, os policiais ambientais vão vistoriar as condições dos aceiros — faixas



As equipes vão intensificar o monitoramento de aceiros

sem vegetação utilizadas como barreiras de contenção contra as chamas — além das faixas de domínio às margens de vias urbanas e rurais, onde pequenos focos podem rapidamente atingir grandes proporções.

No setor sucroalcooleiro, a

fiscalização terá foco nos Planos de Prevenção a Incêndios adotados pelas usinas e propriedades rurais. As equipes irão verificar a existência e a aplicação efetiva de medidas preventivas, como monitoramento de áreas críticas, manutenção de aceiros e estru-

turas de observação. Em caso de irregularidades, os responsáveis poderão ser notificados conforme prevê a legislação ambiental.

A operação também contará com o apoio de drones, utilizados para ampliar o alcance das equipes em campo e facilitar o

monitoramento de áreas extensas ou de difícil acesso. As aeronaves permitirão identificar pontos críticos, avaliar a qualidade dos aceiros e registrar possíveis infrações ambientais.

Segundo o Comando de Policiamento Ambiental, a estratégia é atuar de forma preventiva para reduzir os impactos ambientais causados pelos incêndios florestais durante os meses mais secos do ano.

A Operação Huracán integra as ações do programa São Paulo sem Fogo, iniciativa estadual que reúne diferentes órgãos públicos no enfrentamento às queimadas e na preservação da cobertura vegetal e dos recursos naturais.

A Polícia Militar Ambiental reforçou que provocar incêndios e utilizar fogo de forma irregular configura crime ambiental. Denúncias podem ser feitas pelos canais oficiais da corporação e dos órgãos ambientais.

CORREIO DAS REGIÕES



Unesp

Calendário foi definido em conjunto com a Fuvest

Unesp divulga datas de provas e inscrições do Vestibular 2027

A Unesp definiu o calendário do Vestibular 2027. As inscrições abrem em 4 de setembro e vão até 20 de outubro, pelo site da Unesp. A primeira fase, com questões de múltipla escolha, ocorre em 22 de novembro. Os aprovados fazem a segunda fase nos dias 13 e 14 de dezembro, com provas discursivas e redação. O resultado final será publicado em 29 de janeiro de 2027. As datas foram definidas em conjunto com a Fuvest para evitar sobreposição com o Enem 2026 e o vestibular da USP. A universidade também oferecerá videoprova em Libras, como nos anos anteriores. Os cursos estão distribuídos em 24 cidades paulistas, e metade das vagas é reservada a estudantes de escolas públicas.

Parque recebe investimento de R\$ 10 mi

A prefeitura de Presidente Prudente (SP) assinou na sexta-feira (22) a ordem de serviço para a 2ª fase das obras do Parque Aquático da Cidade da Criança, com início previsto para junho. O investimento é de quase R\$ 10 milhões e inclui revitalização de piscinas, reforma elétrica, hidráulica, estacionamento, banheiros e restaurante. Fechado desde 2020, o complexo deve ser reinaugurado em 2027. A primeira etapa custou R\$ 2,4 milhões.

Agência SP



Municípios como Jaboticabal e Limeira carregam memória

Cidades com nomes inspirados no agro

O interior possui municípios com nomes que remetem ao universo agrícola. A formação de muitas dessas cidades passou diretamente pela atividade agrícola, que impulsionou a ocupação do território e a economia regional de cidades como Bananal, Cafelândia, Jaboticabal, Limeira e outras. A relação mostra a diversidade do agro paulista, considerado o mais diversificado em produção e exportação do país. Em 2025, o Valor da Produção Agropecuária paulista foi estimado em mais de R\$ 174,6 bilhões, com cadeias que vão da cana-de-açúcar e da laranja ao café, amendoim e hortaliças.

Falta de remédios caros em farmácia

A Farmácia de Alto Custo de Sorocaba (SP) sofre com a falta de medicamentos para transplantados e pacientes com doenças autoimunes, incluindo remédios que custam até R\$ 10 mil. A interrupção dos tratamentos pode agravar doenças controladas ou causar rejeição de órgãos transplantados. A Secretaria Estadual de Saúde atribui o problema ao atraso no repasse dos medicamentos pelo Ministério da Saúde.

Projeto VivaLeite

A prefeitura de Tatuí (SP) abriu inscrições para o Projeto VivaLeite, programa estadual que distribui gratuitamente leite pasteurizado e fortificado com ferro e vitaminas. Podem participar crianças de 6 meses a 6 anos com renda familiar de até dois salários mínimos. As inscrições são feitas nos quatro CRAS do município, das 8h às 17h.

Prefeito tem alta

Nenê Lopes (Republicanos), prefeito de Euclides da Cunha Paulista (SP), recebeu alta nesse domingo (24) após uma semana internado em hospital de Presidente Prudente. Ele passou por duas cirurgias para retirada de pedras na vesícula, com complicações que exigiram passagem pela UTI.

Ponte interditada

A Ponte Campos Salles, sobre o Rio Tietê em Barra Bonita (SP), segue interditada desde ontem para limpeza e avaliação técnica da estrutura. Os serviços, realizados pelo programa Patem em convênio com o Estado, preparam a ponte para inspeção do IPT. A previsão é que os trabalhos durem dois ou três dias.

Semana MEI

O Sebrae-SP realiza a Semana do MEI até 29 de maio em Araquara, São Carlos, São João da Boa Vista, Araras, Descalvado, Divinolândia, Mococa, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Rio Claro e Tapiratiba. Gratuito, o evento oferece palestras sobre gestão, precificação, redes sociais e acesso a crédito. Também há suporte para a declaração anual de faturamento.

Vacinação antirrábica

Itapeva (SP) realiza mutirão gratuito de vacinação contra a raiva para cães e gatos na sexta-feira (29), a partir das 13h30, na Praça Suttner Rodrigues Saldanha, na Vila Nova. O atendimento é por ordem de chegada e com doses limitadas. Tutores devem levar os animais com coleira ou em caixas de transporte.

Sorriso Maroto

O grupo de pagode Sorriso Maroto se apresenta em 3 de junho, a partir das 21h, em um espaço de eventos no km 444 da Rodovia Assis Chateaubriand, entre Presidente Prudente e Regente Feijó (SP). Os ingressos custam entre R\$ 80 e R\$ 130, além de espaços VIP a partir de R\$ 1,2 mil para seis pessoas.



Carlos Alberto Elias conseguiu imprimir o carnê do IPTU

Filas e site fora do ar marcam emissão do carnê do IPTU

Mesmo no presencial o sistema travou, gerando indignação geral

Da Redação

A Prefeitura de Piracicaba disponibilizou nessa segunda-feira (25) o carnê do IPTU 2026, mas o primeiro dia de emissão foi marcado por filas, sistema instável e interrupções no atendimento presencial. Sem o envio dos boletos pelos Correios neste ano, os contribuintes precisaram acessar o site municipal ou comparecer pessoalmente à sede da administração para obter o documento.

O portal da prefeitura ficou fora do ar por horas devido ao volume de acessos simultâneos. Nas redes sociais, a administração confirmou a sobrecarga e informou que equipes trabalhavam para normalizar o serviço.

No atendimento presencial, o sistema também travou, gerando revolta entre os contribuintes. Uma funcionária chegou a se posicionar na frente dos guichês para pedir paciência à população.

Atendimento reforçado

O secretário de administração e governo, Álvaro Luis Saviani, afirmou que a prefeitura dobrou a capacidade de atendimento e reabasteceu os insumos para garantir o acesso aos carnês. Ele reconheceu a instabilidade:

“O sistema está apresentando essa instabilidade, infelizmente. É um defeito da Prefeitura. Todos os nossos sistemas são antigos, parados no tempo.”

Por volta do meio-dia, o atendimento acelerou e cerca de 1,1 mil pessoas já haviam sido atendidas até quase 13h. O secretário sinalizou que, caso a instabilidade persistisse, o horário de atendimento poderia ser estendido.

O eletricitista Carlos Alberto Elias, de 60 anos, destacou a organização no local: “Eu assustei um pouco na hora que eu cheguei, pensei que a fila demoraria bastante, mas rapidamente consegui imprimir.”

Prazo curto

A ausência do carnê pelos Correios decorre da indefinição judicial em torno da nova legislação do IPTU. O presidente do STF, ministro Edson Fachin, derrubou a liminar que suspendia a lei, liberando a cobrança com base na Planta Genérica de Valores atualizada. Com o prazo reduzido, não houve tempo para entrega física dos boletos.

Os contribuintes têm até sexta-feira (29) para pagar a primeira parcela ou a cota única, pelo site piracicaba.sp.gov.br, por código de barras ou QR Code. Excepcionalmente neste ano, o imposto pode ser parcelado em até oito vezes, com vencimentos entre maio e dezembro.

A nova legislação resultou em redução do IPTU para cerca de 60% dos imóveis da cidade, com desconto de até 15% para pagamento à vista.

GRANDE CAMPINAS

Prefeitura de Indaiatuba



Atividade foi liderada por Gesiane Zanella

Cidades representam o Circuito das Frutas em Santa Catarina

Indaiatuba e Valinhos representaram o Circuito das Frutas na BNT Mercosul, em Balneário Camboriú (SC), de 21 a 23 de maio. Os municípios participaram de ações de capacitação e palestras para agentes e profissionais do setor, exibindo os atrativos e o potencial das cidades do consórcio. A atividade foi liderada por Gesiane Zanella, que enfocou os diferenciais regionais, como roteiros, cultura, gastronomia e turismo rural. Segundo a divulgação, a presença no evento visa fortalecer a atuação conjunta no Circuito das Frutas, aumentar a visibilidade regional, estreitar laços com operadores de viagens, fomentar o turismo integrado e impulsionar a economia local.

Manutenção de poço artesiano

A Prefeitura de Hortolândia concluiu a manutenção do poço artesiano do Mirante Santa Clara na última sexta-feira (22). Amostras da água foram enviadas para análise laboratorial, cujo laudo técnico deve sair em até 30 dias para verificar se o manancial atende aos padrões de potabilidade para o consumo humano. O poço estava interditado desde abril devido à oxidação no reservatório metálico, que passou por limpeza e desinfecção estrutural.

Prefeitura de Indaiatuba



Município apresentará o projeto "Guardiões do Patrimônio"

Indaiatuba em seminário internacional

Indaiatuba participará do XV Seminário Internacional de Políticas Culturais no dia 28. O município apresentará o projeto "Guardiões do Patrimônio", desenvolvido pela Mahaus, que une educação, participação social e valorização da identidade local. Implantado na cidade em 2025 com fomento do CAU/SP e apoio da Associação de Engenheiros e Arquitetos, o projeto faz diagnósticos, pesquisas e inventários da memória local. O destaque nacional reforça o protagonismo de Indaiatuba em cultura e inovação social no debate de políticas públicas.

Fotografia para redes sociais

A Prefeitura de Indaiatuba, via Pontos MIS, realiza a oficina gratuita "Fotografia para Redes Sociais" com Natália Tonda em 03/06, das 18h às 22h. São 30 vagas para maiores de 14 anos, com foco em técnicas de iluminação, composição e edição rápida pelo celular. Inscrições abertas no Portal da Cultura pelo formulário online para produções de conteúdo pessoal e profissional.

Centro do Autismo

Pacientes do Centro do Autismo de Jaguariúna iniciaram o projeto "Olhando para o Futuro" com uma vivência profissional no McDonald's da cidade na última semana. A ação promove a inclusão e autonomia de pessoas com TEA, para que conheçam a rotina da empresa e pratiquem atividades com supervisão.

Autismo II

A proposta prevê visitas mensais a várias empresas locais. Inaugurado em março, o Centro Municipal do Autismo atua com 51 profissionais multidisciplinares e é referência regional. Para a diretora Maristela Cassiani, o projeto demonstra o potencial e garante mais espaço e dignidade para esses jovens.

Obra de tubulação

A Prefeitura de Americana trocou a tubulação da galeria pluvial na Av. Nossa Senhora de Fátima com a Rua do Eletricista, no Jardim Werner Plaas. O trecho está com uma faixa interditada desde as 7h. A obra de três metros melhora o escoamento de chuva e a previsão de término é até as 16h desta terça-feira (26).

Feirão de empregos

O PAT Valinhos realiza uma feira de empregos da saúde no dia 02, das 9h às 14h, no Centro Cultural Vicente Musselli. São 158 vagas operacionais, de saúde e enfermagem. A seleção é para moradores de cidades da região. Segundo as informações, os salários chegam a R\$ 4.700, mais benefícios como assistência médica, odontológico e vales.

Orquestra de Violas

A Orquestra de Violas de Valinhos fará um concerto gratuito no dia 27, às 19h, no CACC Adoniran Barbosa, dentro do evento "Quarta é Feira" e do aniversário de 130 anos da cidade. Sob regência de Robson Furioso, 22 músicos tocarão clássicos sertanejos de raiz pelo projeto "Leva Viola", patrocinado pela Kemin.

Gestão do Turismo

Holambra terá uma consultoria gratuita sobre gestão do turismo no dia 27 de maio, às 14h30, no Teatro Municipal. A ação do programa Cidade Empreendedora, com o Sebrae Aqui, debaterá governança e sustentabilidade com o Dr. Fábio Pozati para fortalecer o setor e avançar no Mapa do Turismo Brasileiro.



Iniciativa vai atender os estudantes defasados do 2º ao 9º ano

Valinhos lança reforço escolar para o fundamental

Programa focará no aprendizado do português e da matemática

Da Redação

A Secretaria de Educação de Valinhos concluiu a análise dos dados da avaliação diagnóstica de Língua Portuguesa e Matemática, realizada com os estudantes da rede municipal a partir de 31 de março. Com base nos resultados apurados, o órgão estruturou o programa "Recuperar para Avançar 2026".

O projeto é voltado para alunos do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental que registram defasagem nas disciplinas avaliadas. As atividades ocorrerão obrigatoriamente no contraturno escolar e os critérios operacionais já foram repassados às direções das unidades para o início da formação dos grupos. De acordo com a secretaria, o planejamento baseia-se em dados e evidências coletadas para viabilizar intervenções sistemáticas e planejadas aos participantes.

Estrutura do programa

Cada agrupamento de reforço terá o limite máximo de 15 estudantes para possibilitar atenção individualizada. O ingresso no projeto depende de indicação do professor titular ou especialista, orientada pelos resultados diagnósticos e formalizada por uma Ficha de Encaminhamento. A ocupação da vaga exige a convocação dos responsáveis legais e a assinatura do Termo de Ciência e Corresponsabilidade. A permanência do aluno está condicionada à ava-

liação pedagógica contínua de sua evolução pela equipe da escola. O desligamento ocorrerá após a consolidação dos avanços previstos, e as vagas decorrentes de saídas ou evasões serão repassadas a novos estudantes.

Metodologia

O modelo pedagógico determina o uso de metodologias diferenciadas da rotina regular, como jogos de cunho pedagógico, resolução de problemas reais, projetos interdisciplinares e metodologias ativas, além do suporte de plataformas digitais e aplicações tecnológicas. Cada turma contará com pelo menos três aulas semanais, ministradas por professores sob regime de carga suplementar. Os docentes participarão de três horas mensais de formação presencial.

Cabe aos professores responsáveis pelas aulas montar o planejamento focado nas habilidades em defasagem e manter o diálogo com os professores titulares e as coordenações. A coordenação pedagógica de cada escola fará o controle das fichas, montagem de turmas e contato com as famílias. A equipe técnica da Secretaria de Educação expedirá as diretrizes, ofertará as formações continuadas e monitorará a frequência e evolução dos dados. Os indicadores de sucesso incluem a evolução em Língua Portuguesa e Matemática, a assiduidade dos alunos e os reflexos nas notas regulares.

Comdema determina suspensão de obra da Prefeitura

Serviço é realizado em Área de Proteção Permanente no Itajaí; Conselho pede apuração ao MP

Por Moara Semeghini

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Campinas (Comdema) determinou a suspensão cautelar imediata de obras realizadas pela Prefeitura de Campinas em uma Área de Preservação Permanente (APP) no Parque Itajaí IV, na região do Campo Grande. A medida foi oficializada por meio da Resolução nº 01/2026, publicada em 20 de maio, após denúncias de intervenções com maquinário pesado em área que abriga nascentes e a Horta Comunitária do Parque Itajaí, na Rua Doutor Pedro Miguel.

Segundo o Comdema, há indícios de que a intervenção estaria sendo realizada pela Administração Municipal sem a apresentação de licenciamento ambiental, autorização para intervenção em APP e estudos de impacto ambiental. O conselho também encaminhou um despa-

cho à 12ª Promotoria de Justiça de Campinas pedindo acompanhamento do caso e apuração de possíveis crimes ambientais.

A denúncia foi apresentada pelo conselheiro José Antônio de Oliveira, representante da Associação de Moradores do Jardim Miranda e Parque Beatriz. No requerimento protocolado em 19 de maio, ele relata que moradores denunciaram obras para implantação de equipamentos esportivos, como quadras e campos de futebol, dentro da área de preservação localizada na Rua Dr. Pedro Miguel, no Conjunto Habitacional Parque Itajaí IV.

De acordo com o documento, máquinas da Prefeitura já estariam atuando no local, provocando movimentação de terra e que as intervenções têm causado danos considerados irreversíveis às nascentes da região.

Questionada pelo **Correio da Manhã**, a Prefeitura não respondeu ao principal questionamento



Tratores atuam em Área de Preservação Permanente no Parque Itajaí IV, em Campinas

da reportagem: se há licenciamento ambiental e autorização legal para intervenção na APP. A administração afirmou que o início das obras está previsto para o final do mês de maio de 2026 porém imagens obtidas pela reportagem mostram que as máquinas e tratores já estão atuando no local.

Em nota, a administração municipal informou que a obra faz parte de um projeto urbanístico e paisagístico para implantação de área de lazer no Parque Itajaí e afirmou que o projeto “atende a pedido do Ministério Público”. A Prefeitura também foi questionada, mas não esclareceu a qual procedimento, recomendação ou atuação do Ministério Público se refere ao afirmar que o projeto “atende a pedido do MP”.

“A Prefeitura Municipal de Campinas foi lá e fez uma intervenção na área de preservação permanente, aparentemente sem licença ambiental. E a gente, o

Comdema, está requerendo essas licenças, os estudos de impacto ambiental, as ordens de serviço que permitiram que essa obra fosse feita ali”, afirma o presidente do conselho, Tiago Fernandes de Lira. “É uma obra ilegal, até porque se a obra tem licença, essa licença tem que estar no local da obra, tem que ter uma placa com o número da licença, isso é legislação”, explica Lira.

A área afetada abriga a Horta Comunitária do Parque Itajaí, projeto criado por decreto municipal em 2003, composto e mantido por trabalhadores vinculados ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Segundo o Comdema, além da produção de alimentos, os cooperados desenvolvem ações de preservação ambiental e proteção das nascentes existentes na APP.

Na resolução, o conselho cita o princípio da precaução e destaca que a área já é alvo de um Inqué-

rito Civil Público que investiga ocupações irregulares na região. Entre as medidas determinadas pelo Comdema estão: a suspensão imediata de qualquer obra ou movimentação de solo na APP; o envio, pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, do projeto executivo da obra, ordens de serviço, licenciamento ambiental e autorizações para intervenção na área; a abertura de processo administrativo para vistoria técnica emergencial; a discussão pública do projeto com moradores e cooperados da horta comunitária. Em despacho encaminhado ao MP, o presidente do Comdema solicitou que a Promotoria adote medidas para garantir a paralisação das obras e apure responsabilidades civis, administrativas e criminais de agentes públicos envolvidos. O documento afirma que as intervenções ocorreriam “ao arrepio absoluto do ordenamento jurídico ambiental” e sem anuência do conselho.

Hospital PUC-Campinas tem superlotação de 390% e alerta sobre pressão na saúde

Por Moara Semeghini

Um comunicado divulgado pelo Hospital PUC-Campinas acendeu mais um alerta sobre a situação da rede hospitalar de Campinas. Em nota enviada à imprensa, o hospital informou que o Pronto-Socorro Adulto do Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta um cenário de superlotação, operando com ocupação 390% acima da capacidade instalada. Segundo o hospital, atualmente há 18 pacientes que necessitam de cuidados intensivos e outros 47 acomodados em macas nos corredores da unidade. A instituição afirma que a situação é resultado da alta demanda por atendimento.

Diante do cenário, o Hospital PUC-Campinas informou que não possui condições seguras para re-

ceber novos encaminhamentos via SUS e solicitou à Regulação Municipal que avalie o direcionamento de pacientes para outras unidades de saúde “garantindo a continuidade e a segurança da assistência”. O hospital pediu apoio da imprensa para orientar a população a buscar outras unidades da rede de saúde.

Após a divulgação do comunicado, a reportagem procurou outros hospitais públicos e redes de saúde da cidade para obter informações sobre a situação da ocupação hospitalar em Campinas.

O Hospital PUC-Campinas já havia emitido um alerta semelhante há exatamente um mês. Na ocasião, a unidade informou que o pronto-socorro operava com lotação de 360% acima da capacidade instalada. O **Correio da Manhã** vem acompanhando a



Hospital PUC-Campinas/Divulgação

Hospital PUC-Campinas opera com 390% da capacidade

situação dos hospitais públicos de Campinas e o aumento da pressão sobre a rede de saúde do município.

A Rede Mário Gatti informou que as unidades municipais trabalham atualmente com ocupação

entre 95% e 100%, mas afirmou que nenhum paciente que necessita de internação fica sem assistência. Segundo a rede, os hospitais operam em sistema de “porta aberta”, recebendo pacientes continuamente.

Em média, cerca de 30 pacientes recebem alta e outros 30 são internados diariamente em cada hospital municipal, o que gera alta rotatividade nos leitos.

A Prefeitura informou também que o Hospital Metropolitano será construído pelo Estado em área doada pela Prefeitura de Campinas. O edital da licitação para a obra foi lançado pelo governo estadual em abril. A administração municipal tem a ampliação de leitos SUS como uma das prioridades do governo e está em constante negociação com hospitais privados e com o Estado.

A reportagem também procurou o Hospital de Clínicas da Unicamp para comentar a situação da ocupação hospitalar na unidade. Até o momento, o hospital não enviou posicionamento. O espaço segue aberto para manifestação.

Profissionais de educação protestam no Paço contra mudanças na Pasta

Manifestação está marcada para esta terça-feira (26) às 16h30 em frente ao Paço Municipal

Prefeitura de Campinas

Por Raquel Valli

Uma manifestação encabeçada por profissionais de educação e familiares de alunos está marcada para ocorrer nesta terça-feira (26) às 16h30 no Paço Municipal. O ato contesta medidas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Uma carta-manifesto foi lançada e, de acordo com texto, a administração do prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP) e da secretária Patrícia Adolf Lutz centraliza decisões, expande contratos de terceirização e diminui a valorização dos servidores do setor. As críticas concentram na ampliação da terceirização no segmento da educação especial, na implementação de currículos padronizados, na aplicação de avaliações diagnósticas externas e na redução dos espaços de participação nas unidades de ensino.

Relata a transferência da gestão da Educação Infantil para a iniciativa privada e a diminuição da autonomia que as escolas possuem para definir os planos pedagógicos. Ainda segundo o texto, as decisões alteram os princípios da Rede Municipal de Campinas, que possui histórico em gestão com participação comunitária, formação em tempo integral e processos de avaliação com envolvimento dos funcionários.

A pauta de reivindicações contém pontos específicos para a modificação da política do mu-

nicípio. Solicita o aumento do investimento de recursos na educação pública, a valorização das carreiras e a abertura de concursos para o preenchimento de vagas nas escolas. Pede a diminuição da quantidade de alunos atendidos por cada educador nas salas de aula e suporte para o atendimento na educação inclusiva.

Demanda o retorno da construção coletiva para a definição das Diretrizes Curriculares da Rede, a permanência de mecanismos de avaliação que incluam os funcionários das instituições e o aumento da participação de estudantes, familiares e profissionais nas decisões das políticas educacionais de Campinas. Defende o fortalecimento dos colegiados que realizam a gestão nas escolas e estabelece que o planejamento do setor ocorra com a consulta dos envolvidos no cotidiano escolar, sob o princípio de atendimento à diversidade social e cultural.

O outro lado

A SME informa “que o fortalecimento do ensino municipal e a participação ativa dos profissionais de educação na reformulação das diretrizes curriculares estão entre os compromissos da atual gestão”. Declara que “este processo de atualização das normas que orientam o planejamento, a organização e avaliação das propostas pedagógicas começou em 2025 e garante amplo espaço para contribuições dos servidores



Críticas apontam ampliação da terceirização no segmento da educação especial, entre outros

e de representantes de diversos setores ligados à SME”.

Ainda de acordo com a Prefeitura, “o trabalho foi intensificado neste ano, uma vez que as diretrizes vigentes são de 2013 e a medida integra o plano da secretaria para elevar indicadores, como a alfabetização, considerando-se resultados que ainda indicam reflexos do período mais

grave da pandemia”. Pontua que “neste ano, a secretaria ampliou o diálogo com os profissionais por meio de uma série de encontros com gestores, contato permanente com os núcleos de ações educativas descentralizadas (Naeds), visitas às escolas e publicações de boletins bissemanais”.

Além disso, lançou “m plano de ações que contemplam, por

exemplo, o compromisso de seguir com políticas que deram certo e se tornaram referência: manter zera-da a fila das creches para crianças de 0 a 3 anos; garantir a entrega, em dia e com qualidade, dos uniformes e kits de materiais; além da oferta de alimentação escolar com qualidade nutricional, incluindo cardápios para estudantes que têm restrições alimentares”.

Vida Nova recebe programa de castração gratuita

Carlos Bassan/Prefeitura de Campinas

Da redação

Campinas disponibiliza, a partir desta quarta-feira, 27 de maio, 1,6 mil vagas gratuitas para castração e microchipagem de cães e gatos no Conjunto Habitacional Vida Nova, por meio do SinPatinhas, programa do governo federal vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. O atendimento será realizado pelo Castramóvel, serviço itinerante da Secretaria do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade, que ficará instalado no Centro de Integração da Cidadania (CIC) Vida Nova até domingo, 31 de maio.

Além da castração, todos os animais atendidos receberão um microchip de identificação. O dispositivo é implantado sob a pele e armazena informações como raça, idade, histórico de vacinação e dados do responsável, facilitando a

localização do animal em caso de perda. Podem ser castrados cães e gatos com idade entre seis meses e oito anos. Gatos devem ser levados em caixas de transporte individuais. Cães devem estar com coleira e guia. O tutor pode inscrever quantos animais quiser.

As inscrições devem ser feitas pelo SinPatinhas (sinpatinhas.mma.gov.br), Cadastro Nacional de Animais Domésticos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Após o cadastro, o agendamento é feito pelo site Castrapet (castrapet.com.br). Em caso de dúvidas, o contato é (19) 98437-1188.

Em 2026, a meta da Prefeitura de Campinas é realizar aproximadamente 15 mil castrações e microchipagens, número 50% superior ao registrado em 2025.

No sábado, 30 de maio, o mesmo local receberá o lançamento do “Chega Junto”, programa da

Prefeitura que reúne serviços de saúde, assistência social, emprego e cidadania em uma única manhã. O atendimento será das 8h às 12h, com cerimônia de abertura às 9h. O programa ocorre no último sábado do mês, em diferentes bairros da cidade.

Castração SinPatinhas

Datas: 27 a 31 de maio de 2026 (quarta-feira a domingo). Local: CIC Vida Nova — Rua Odete Therezinha Santucci Octaviano, 92, Conjunto Habitacional Vida Nova. Vagas: 1,6 mil. Inscrições: sinpatinhas.mma.gov.br. Agendamento: castrapet.com.br. Informações: (19) 98437-1188.

O SinPatinhas (Sistema do Cadastro Nacional de Animais Domésticos) foi desenvolvido pelo Governo Federal para gerenciar e monitorar a política pública de controle populacional de animais.



Castração e microchipagem gratuitas ocorrem no Vida Nova

CORREIO NO MUNDO

Reuters/Folhapress



Papa Leão 14 abordou a Inteligência Artificial no texto

Na encíclica, papa Leão 14 pede desaceleração da IA

Em sua primeira encíclica, o papa Leão 14 alertou para os riscos dos efeitos da inteligência artificial sobre o trabalho e novas formas de escravidão, sobre guerras e um colonialismo “de rosto inédito”, sobre a desinformação e a dependência digital. O pontífice pediu que os católicos permaneçam “fiéis à verdade”, que invistam em educação digital, que cuidem das relações com “presença física” e priorizem a justiça e a paz. Da comunidade internacional cobrou “quadros jurídicos adequados” e “vigilância independente”. E instigou a classe política a agir para “reduzir a velocidade onde tudo se acelera”. Chamada de “Magnífica humanitas” (humanidade magnífica, em latim), o texto de 245 parágrafos foi publicado na segunda (25) pelo Vaticano.

Textos direcionados aos católicos

O texto foi publicado pouco mais de um ano depois da eleição do americano Robert Prevost, 70. Seu subtítulo é “sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da inteligência artificial”.

Encíclicas são textos aprofundados sobre temas escolhidos pelo papa. Direcionadas a todos os católicos –hoje cerca de 1,4 bilhão–, são consideradas uma indicação das prioridades do pontificado.

Jean-Baptiste Debret, Domínio Público via Wikimedia Commons



Papa reconheceu que a Igreja não condenou a escravidão

Riscos para o mercado de trabalho

O texto está organizado em cinco capítulos, além de introdução e conclusão, e contextualiza o tema da IA sob o ponto de vista teológico e da Doutrina Social da Igreja, centrada nos princípios do bem comum. “Nas escolhas relativas a fluxos econômicos e plataformas digitais, na gestão dos dados e dos algoritmos, não se pode permitir que poucos sujeitos orientem sozinhos os processos”, afirmou.

Para o papa, o mercado de trabalho é uma das áreas mais expostas a riscos. “É desejável que a tecnologia alivie o homem de trabalhos pesados, repetitivos ou perigosos”, diz.

Humanidade deve sempre prevalecer

“Desarmar a IA significa subtraí-la à lógica da competição armada, que hoje não é apenas militar, mas também econômica e cognitiva”, escreveu Leão 14. “Não significa renunciar à tecnologia, mas impedir que ela domine o ser humano. Significa retirá-la dos monopólios, torná-la discutível, contestável e, portanto, habitável.”

Por Michele Oliveira (Folhapress)

Trabalho em foco

Ao citar “novas formas de escravidão” na encíclica, o papa afirma que parte significativa do funcionamento da economia digital é baseada no “trabalho silencioso” de pessoas que realizam “atividades pouco visíveis”, como “etiquetagem de dados, moderação de conteúdos e treino de modelos”.

Escravidão

Em muitos casos, “são jovens, majoritariamente mulheres, que trabalham arduamente por uma remuneração mínima”, disse o pontífice, que também reconhece que a Igreja Católica não condenou veementemente a escravidão transatlântica até o século 19 e fez um pedido de desculpas pessoal.

Pedi desculpas

“Isso constitui uma ferida na memória cristã”, escreveu ele. “Por isso, em nome da Igreja, peço sinceramente perdão.” A paz é um dos temas centrais desse início de pontificado e, nas últimas semanas, motivou atritos entre o papa e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e seu vice, J. D. Vance.

Acordo no Irã

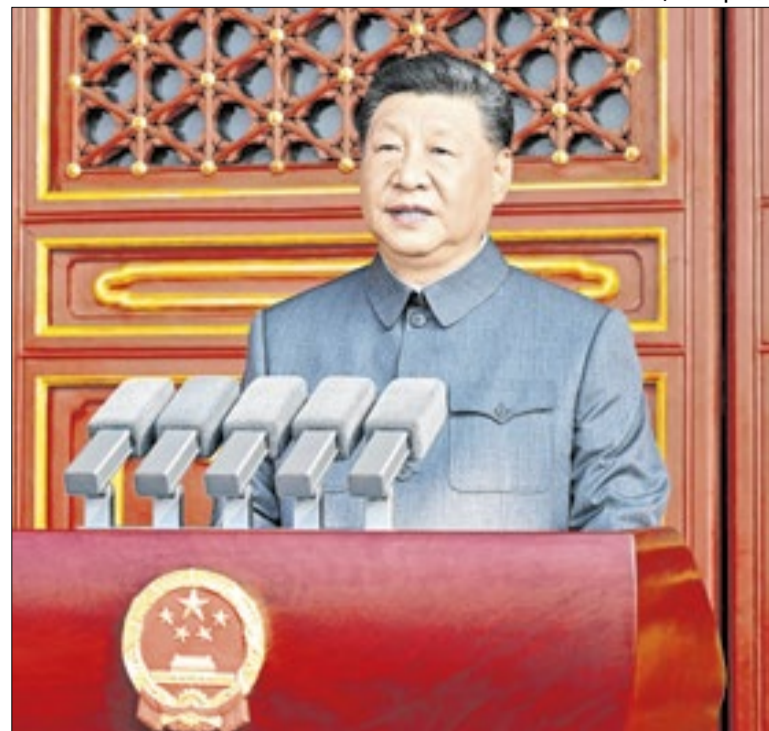
O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou que o acordo com o Irã será excelente ou não haverá acordo algum. Washington e Teerã minimizaram as esperanças de um avanço nas negociações pelo fim da guerra. O secretário de Estado americano, Marco Rubio, disse que os EUA chegarão a um bom acordo com o Irã ou lidarão com o país “de outra forma”.

Rubio endossa

Há “algo bastante sólido em jogo no que diz respeito à capacidade deles de abrir o estreito, conseguir que o estreito seja aberto, entrar em uma negociação muito real, significativa e com prazo determinado sobre a questão nuclear, e esperamos conseguir isso”, declarou. Os EUA darão à diplomacia “todas as chances de sucesso”, disse.

Acordo distante

O regime persa também alertou que, embora tenham havido avanços nas negociações, ambos os lados ainda não estão perto de chegar a um acordo para o fim do conflito. “Afirmar que a assinatura de um acordo é iminente é algo que ninguém pode sustentar”, disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Esmail Baqai.



Xi Jinping recebe Shehbaz Sharif, o mediador da guerra no Irã

Após Trump e Putin, Xi recebe premiê do Paquistão

Pequim busca mostrar que Islamabad é o sócio minoritário

Victoria Damasceno (Folhapress)

Poucos dias após a visita do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e do presidente da Rússia, Vladimir Putin, o líder do regime chinês, Xi Jinping, também deu boas-vindas nesta segunda-feira (25) ao primeiro-ministro do Paquistão, Shehbaz Sharif, em um contexto em que o país islâmico ganha relevância ao se tornar o mediador improvável da Guerra no Irã.

A visita, que ocorre principalmente em comemoração do aniversário de 75 anos das relações entre os países, marca também um momento em que Pequim quer se posicionar como ponto focal da diplomacia global, a parada obrigatória para aqueles que estão no centro de disputas.

A narrativa começou com a chegada do americano, seguiu com a passagem do russo e, agora, se estende à recepção do líder do Paquistão, que é também aliado de Trump.

Momentos antes do início das negociações, Xi afirmou que “apesar das instabilidades do mundo, a China sempre priorizou as relações com o Paquistão na vizinhança”. Já Sharif defendeu o multilateralismo e exaltou a parceria entre os países.

A cúpula ocorreu também para debater o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, na sigla em inglês), um projeto de infraestrutura para escoamento de produtos chineses pelo porto de Gwadar que se tornou um componente-chave da estratégia chinesa Cinturão e

Rota. O país islâmico busca melhores condições no programa, que é apontado por pesquisadores como uma virada na economia local.

A pauta é a principal, mas não diminui o peso da guerra no Irã como o pano de fundo do encontro entre Sharif e Xi. Há a expectativa de que os líderes tenham discutido o conflito e, principalmente, a reabertura do Estreito de Hormuz.

Joshua Kurlantzick, pesquisador sênior de sul e sudeste asiático no Council on Foreign Relations, afirma que o país islâmico teve ganhos concretos com as negociações em torno do conflito no Irã e com a melhora do relacionamento com os EUA, mas que há dúvidas sobre a durabilidade dessas conquistas.

“A questão mais difícil é se Islamabad conseguirá de fato transformar este momento em algo duradouro. E nisso, a história não inspira muita confiança”, diz.

Nos últimos anos, Sharif tem feito uma aproximação estratégica com Washington. Em setembro do ano passado, ao lado do marechal Asim Munir, o premiê se encontrou com Trump na Casa Branca em um encontro categorizado como de alto nível. Em 2025 o presidente americano vivia sua empreitada de se tornar o mediador de conflitos e, então, ele, Sharif e Munir se aproximaram.

Para Kurlantzick, a cúpula em Pequim e as negociações “são basicamente a China lembrando ao Paquistão o quanto Islamabad depende de Pequim —e que isso não vai mudar tão cedo”.

CORREIO ESPORTIVO

Reprodução/ Seleção Espanhola de Futebol



Lamine Yamal encabeça a lista de convocados da Espanha

Espanha convoca seleção sem jogadores do Real Madrid

Pela primeira vez na história, a seleção da Espanha vai para uma Copa do Mundo sem ter nenhum jogador do Real Madrid em seu elenco. "Não levo em consideração se um jogador vem de um clube ou de outro. Analiso o panorama geral para ver se ele pode ser um jogador para a seleção espanhola", disse o treinador espanhol Luis De la Fuente. O Barcelona, por outro lado, será a grande base desta seleção, que chega aos Estados Unidos como uma das favoritas ao título. O destaque da lista é o craque Lamine Yamal, que está se recuperando de lesão. O treinador disse estar tranquilo e que, se tudo correr normalmente, contará com o camisa 10 do Barça já na partida de estreia, contra Cabo Verde na Mercedes-Benz Arena, em Atlanta, no dia 15 de junho.

Novidades no sistema defensivo

Com um time extremamente jovem, a base da Espanha é a mesma que conquistou a medalha de prata nas Olimpíadas de Tóquio em 2021, quando perdeu a final para o Brasil de Richarlison. 'La Roja' também é a atual campeã da Eurocopa, após ter batido a Inglaterra na finalíssima, em 2024.

As novidades da lista são os defensores Eric García (Barcelona) e Marc Pubill (Atlético de Madrid).

Michel Maluf



Rio sanciona lei de incentivo às mulheres no esporte

Lei de incentivo ao esporte feminino

Foi publicada no Diário Oficial desta segunda (25) a Lei nº 11.196/2026, que cria a Política Estadual de Apoio e Incentivo à Mulher no Esporte. De autoria dos deputados Daniel Martins e Índia Armelau, a medida visa fomentar e criar condições para a participação igualitária de meninas, adolescentes, mulheres adultas, idosas e mulheres com deficiência na prática esportiva. A proposta também visa valorizar a diversidade no esporte por meio do combate aos estereótipos de gênero, incentivar a profissionalização das mulheres em atividades esportivas e ampliar o acesso feminino.

Governador em exercício veta trechos

O governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, vetou trechos da lei que tratam da capacitação continuada para atletas, da criação de estatísticas para subsidiar políticas públicas reparatórias e do incentivo à destinação de recursos para as modalidades femininas. Segundo Couto, a Secretaria de Estado de Fazenda apontou que os dispositivos criam despesas obrigatórias de caráter continuado ao Estado.

POR PEDRO SOBREIRO

Altos e baixos I

Em meio ao momento conturbado na temporada, os jogadores estrangeiros do Vasco viveram um dia de altos e baixos. Pumita Rodríguez, Andrés Gómez, Carlos Cuesta, Johan Rojas e Marino Hinestroza viviam a expectativa da convocação para a Copa do Mundo pelas seleções de Uruguai e Colômbia.

Altos e baixos II

Do quarteto, porém, somente Andrés Gómez foi convocado. Seu nome apareceu na lista final da seleção colombiana, divulgada nesta segunda (25). A grande decepção ficou para Pumita Rodríguez. O lateral-direito é artilheiro do Vasco no ano e acumulou convocações durante o ciclo para o Mundial, mas ficou de fora da lista final.

Venda da SAF I

Segundo o jornal 'O Globo', a Eagle/Ares solicitou à Justiça a suspensão dos processos contra a SAF do Botafogo após acordo de paz entre as partes. Pelo trato, a SAF deve reportar suas ações e haverá aporte imediato para quitar folhas de pagamento atrasadas. O processo de recuperação judicial continua.

Venda da SAF II

Além disso, a Eagle vê a GDA Luma, do investidor Gabriel de Alba, como favorita para assumir o controle das ações da SAF. O blog indica que ele quer concluir a revenda da SAF durante a Copa do Mundo. No momento, uma rede multiclubes da Europa, ainda não revelada, aparece como a principal interessada em comprar as ações alvinegras.

Fratura no dedão

O Flamengo informou que Jorginho sofreu uma fratura no dedão do pé direito durante a derrota por 3 a 0 para o Palmeiras, no Maracanã. Por isso, ele ficará de fora do duelo contra o Cusco, nesta terça-feira, pela Libertadores. Não foi dada uma previsão de retorno do atleta, que também deve ficar de fora do jogo contra o Coritiba.

Atacantes liberados

Preservados na derrota contra o Mirassol por controle de carga, dada a intensa sequência de jogos ao qual foram submetidos, os atacantes Savarino e Canobbio estão liberados pelo departamento médico e vão para o jogo contra o Deportivo La Guaira, no Maracanã, válido pela Libertadores nesta quarta (27).



Contratado por R\$ 6.5 milhões, Saldivia tem três gols contra

Vasco vê crise se aproximar antes da Copa do Mundo

Cruzmalino corre risco de perder o técnico em momento crucial

Por Pedro Sobreiro

No Vasco, o capítulo "Fernando Diniz" ainda não é página virada. Três meses após a demissão do técnico, que agora treina o Corinthians, o Cruzmalino vem sofrendo com contratações indicadas pelo antigo treinador, que custaram caro e não vêm correspondendo em campo.

Na contratação do trio Saldivia, Brenner e Hinestroza, a diretoria vascaína desembolsou cerca de R\$ 68 milhões. Da trinca, o mais criticado é Alan Saldivia. O defensor uruguaio tem três gols e uma assistência com a camisa cruzmalina, todos contra. Brenner, esperança de gols, tem três gols e uma assistência em 23 jogos. O camisa 20, porém, demonstra nítida falta de confiança e vem enfileirando gols perdidos inacreditáveis. Por fim, Marino Hinestroza, principal contratação do Vasco no ano, ainda não fez um gol sequer e vem acumulando más atuações. Este, porém, ainda conta com alguma paciência da torcida, que aguarda o mesmo jogador genial que brilhou com a camisa do Atlético Nacional.

Além de maus jogos, o trio tem apenas uma coisa em comum: foram pedidos expressos do antigo treinador, Fernando Diniz.

O mais irônico da situação é que o próprio Diniz fez pouquíssimos jogos com os reforços pedidos, já que foi demitido aproximadamente um mês após a chegada deles. Logo em seguida, foi acertada

a contratação do técnico Renato Gaúcho, que já expressou algumas vezes seu descontentamento com o setor defensivo do clube e causou uma pequena polêmica ao dizer que os jogadores colombianos demoram a se adaptar ao futebol brasileiro. Declaração esta que rendeu posts irônicos de Johan Rojas e de Marino Hinestroza.

Nesta segunda (25), após a derrota acachapante para o Red Bull Bragantino por 3 a 0, em São Januário, e pela possibilidade real de eliminação na Copa Sul-Americana, em que Renato optou por jogar com o time reserva, o Vasco vê se aproximar uma crise próximo da parada para a Copa do Mundo, que dará cerca de 50 dias de "férias" para os clubes se reorganizarem neste meio de ano.

Renato foi xingado pela torcida e, segundo rumores, entregou o cargo no vestiário, após a derrota para o Massa Bruta. Algo que foi negado pelo diretor de futebol, Admar Lopes, depois de um suspenso atraso de uma hora para a coletiva pós-jogo.

Nesta segunda (25), membros de uma torcida organizada foram ao CT Moacyr Barbosa para cobrar os jogadores, e convocaram uma campanha de "Torcida Zero" para o jogo contra o Barracas Central, na decisão da Sul-Americana.

Às vésperas de uma pausa para "reorganizar a casa", o Vasco vê uma nova crise se aproximar, podendo perder o técnico em um momento crucial da temporada.

Copa do Mundo feminina de 2027 terá investimento de R\$ 1,5 bilhão

Verba inclui investimentos em segurança, centros de treinamento e premiações

O governo federal estima que precisará de aporte de ao menos R\$ 1,5 bilhão para o Brasil sediar a Copa do Mundo Feminina de 2027. O Mundial será realizado pela primeira vez na América do Sul, com 32 seleções e jogos em oito cidades: Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

A cifra é mencionada em documento interno do Ministério do Esporte, mas dados de outras pastas indicam que a demanda pode ser maior. O governo afirma que o valor ainda está em discussão. Também aguarda a aprovação da lei geral da Copa para finalizar a conta —o texto está sob análise do Senado e prevê regras sobre direitos comerciais, segurança e infraestrutura do evento, além de valores de premiações a ex-jogadoras e estímulo à participação das mulheres na prática esportiva.

O documento do Ministério do Esporte, elaborado na metade de abril, afirma que o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem a maior necessidade de verba, com R\$ 676 milhões que devem ser distribuídos nos Orçamentos de 2026 e 2027. A verba será dividida com a PF, PRF e Força Nacional.

Outro documento do próprio Ministério da Justiça, feito na semana passada, diz que o valor

exigido pelo evento pode superar R\$ 760 milhões, cifra que inclui a compra de mais de R\$ 150 milhões em equipamentos e sistema anti-drone, além de cerca de R\$ 130 milhões para viaturas, blindados e outros veículos.

O Ministério da Justiça já pediu para a equipe econômica do governo acrescentar cerca de R\$ 600 milhões ao seu Orçamento atual.

Procuradas, as pastas da Justiça e do Esporte deram a mesma resposta e informaram que ainda não está definido o valor que será destinado pelo governo para o evento, “considerando que o processo de planejamento e dimensionamento orçamentário ainda está em andamento e envolve múltiplos órgãos e frentes de atuação”.

Também disseram que os investimentos terão como foco ações relacionadas à segurança pública, infraestrutura de telecomunicações, além da “construção do legado da Copa” e de promoção do evento.

O Ministério do Esporte afirmou para a equipe econômica, em abril, que a planilha tinha objetivo de “sinalizar a necessidade adicional de suplementação” de diversos órgãos. Também apontou que a própria pasta do Esporte precisa de R\$ 620 milhões até o próximo ano.



Governo estima investimento bilionário na Copa do Mundo

O valor deve ser aplicado na implantação de 12 centros de treinamento de futebol feminino, por R\$ 180 milhões, e para ações de marketing que superam R\$ 300 milhões.

O recurso do Esporte inclui ainda R\$ 15 milhões para pagar premiações de R\$ 500 mil para 30 ex-atletas. Foram selecionadas aquelas que receberam medalha de bronze no Torneio Internacional de 1988, embrião do Mundial feminino, ou que representaram a equipe do Brasil na Copa do Mundo de 1991, a primeira edição oficial feminina da competição organizada pela Fifa.

A documentação também afirma que o Esporte investirá R\$ 95 milhões para criar 500 núcleos de futebol feminino em campos e quadras de futebol

construídos pelo Novo PAC. O governo também avalia distribuir 10 mil bolsas de R\$ 410 para atletas de base do futebol feminino, somando R\$ 4,1 milhões.

Já o Ministério das Comunicações precisará de R\$ 220 milhões a mais no Orçamento até 2027, segundo estimativas feitas em abril no governo. Em nota, a pasta disse que o valor é preliminar, mas que a ideia é investir os recursos na infraestrutura de conectividade para o evento.

“O plano prevê a instalação de redes de telecomunicações para interligar os oito estádios, o estúdio de transmissão em Copacabana e o Hub Centralizado (IBC) no Pier Mauá (RJ), além de garantir internet de alta disponibilidade e suporte técnico 24 horas por dia durante todo o torneio”, diz o ministério.

O documento do Ministério do Esporte também cita previsão de adicionar aos orçamentos do Ministério da Saúde, GSI e Abin cerca de R\$ 3,45 milhões.

Em nota técnica feita no começo de maio, o Ministério da Justiça diz que a compra de equipamentos anti-drone é essencial. Afirma ainda que forças de segurança já identificaram uso destes sistemas por facções criminosas no Brasil para monitorar e atacar policiais, reconhecer áreas, dar apoio logístico ao crime organizado e lançar objetos dentro de presídios.

“Grandes eventos esportivos internacionais apresentam elevada vulnerabilidade a esse tipo de ameaça em razão da concentração massiva de público, presença de delegações estrangeiras, exposição midiática global, necessidade de proteção de autoridades nacionais e internacionais”, diz o documento.

O Brasil foi sede da Copa do Mundo de 2014. Mais de um ano antes, o investimento federal previsto para o evento alcançava R\$ 14,9 bilhões, em valores sem correção.

A escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo Feminina foi anunciada em maio de 2024, em Bancoc, na Tailândia. A candidatura brasileira superou a proposta conjunta apresentada por Bélgica, Alemanha e Holanda. Os jogos estão marcados entre os dias 24 de junho e 25 de julho do próximo ano.

Por Mateus Vargas (Folhapress)

Kimi Antonelli bateu novo recorde no GP do Canadá 2026

Por Pedro Sobreiro

O último fim de semana ficou marcado pela etapa mais divertida da Fórmula 1 na temporada 2026 até o momento. O GP do Canadá trouxe uma série de episódios emocionantes e até mesmo trágicos. Entre brigas de companheiros de equipe, recuperação de lendas e um acidente com marmota, quem terminou a etapa sorrindo foi o italiano Kimi Antonelli, da Mercedes, que venceu seu quarto GP consecutivo, se isolou na liderança e bateu recordes novamente.

Tudo começou na sexta-feira (22). Durante a sessão de treino livre, uma bandeira vermelha chamou atenção. O tailandês Alexander Albon, da Williams, atropelou uma marmota que invadiu a pista, e bateu no muro. A pista teve de ficar fechada por 15 minutos. Foi um episódio triste, mas que se destacou. Albon não se machucou.

Na corrida Sprint, disputada no sábado (23), a Mercedes se viu em

uma sinuca de bico. Com o carro dominante da temporada, o britânico George Russell começou a temporada mirando o título. O que ele não esperava era a ascensão meteórica de seu companheiro de equipe, Kimi Antonelli, que, aos 19 anos, venceu todas as outras etapas depois de Russell e disparou na liderança.

Sendo o único piloto com carro capaz de chegar a Kimi, Russell protagonizou divididas muito agressivas com o companheiro de equipe, que não poupou o britânico de críticas no rádio da Mercedes. A situação escalonou a um ponto que o Diretor executivo da Mercedes, Toto Wolff, teve de intervir no rádio, falando que eles discutiriam a questão de forma interna. Antonelli chegou a pedir punição para Russell.

George venceu a Sprint. Também pegou a pole position na classificatória e largou em primeiro na corrida, no domingo (24).

Com a corrida valendo, as Mercedes dispararam na liderança, como já virou padrão na tempo-



Kimi Antonelli entrou para a história e subiu ao pódio ao lado de seus ídolos

rada 2026. Russell e Kimi fizeram valer a tensão de sábado e protagonizaram intensas batalhas pela primeira colocação, rendendo novas reclamações pelo rádio. Dessa vez, porém, Toto não interferiu.

A briga era intensa até que, na 30ª volta, o carro de Russell teve problemas de motor e ele teve de abandonar a prova. Com isso, Kimi Antonelli liderou sem sustos até a linha de chegada, conquistando sua quarta vitória consecutiva em 2026. Ele se tornou o primeiro piloto da história da Fórmula 1 a vencer quatro GP's consecutivos desde sua primeira vitória.

Frustrado com o abandono da prova, Russell lamentou o resulta-

do ao ‘The Race’ e disse que “parece que os deuses não querem que eu esteja nessa briga”.

Lampejos de 2021

O pelotão da frente do GP do Canadá roubou a cena. Atrás da briga das Mercedes, Max Verstappen, da Red Bull Racing, e Lewis Hamilton, da Ferrari, protagonizaram batalhas incríveis e respeitadas pela segunda colocação. Os pilotos, que rivalizaram por anos a fio pelo título mundial, deixaram aquele gostinho nostálgico da temporada 2021, em que brigaram ponto a ponto pela liderança, encantando os fãs do automobilismo com seus estilos classudos de direção.

No fim da prova, Hamilton se deu melhor. Conseguiu ultrapassar Verstappen na reta final. O carro da Ferrari é claramente superior ao da Red Bull, e isso cobrou um preço para Max, que ainda bate cabeça para tentar domar o carro deste ano.

Porém, no final, os dois subiram ao pódio, com Kimi Antonelli no topo. Foi um momento muito especial para o italiano, que nunca escondeu sua idolatria pela dupla.

Ultrapassar outro campeão mundial é incrível! Eu estava pressionando ele como um louco para tentar me aproximar. Você sabe o quão consistente e rápido esse cara é? Ele é o piloto mais rápido. Então, foi ótimo ter aquela batalha com ele. Foi realmente difícil ultrapassá-lo”, disse o heptacampeão mundial.

Hamilton e Verstappen foram vistos em clima muito amistoso pós-corrida, mostrando que a rivalidade fica na pista.

Classificação

Com os resultados deste fim de semana, Kimi Antonelli disparou na liderança do mundial, com 131 pontos. Em seguida vêm George Russell (88), Charles Leclerc (75) e Lewis Hamilton (72).

A Fórmula 1 volta entre os dias 5 e 7 de junho para o tradicionalíssimo Grande Prêmio de Mônaco.

'O PROTAGONISTA É O

PÚ

Vice-presidente artístico da Rock World fala ao Correio da Manhã sobre a construção de cada line-up e a missão de transformar todos os espaços do festival em experiências principais

B

LI



Marcelo Perillier

sonhava em entrar na Cidade do Rock. Sem dinheiro sobrando, precisou transformar o ingresso em prioridade absoluta na própria vida. "Eu era office boy do Banco do Brasil. Juntei quatro meses do meu salário para comprar meu ingresso do Rock in Rio. Eu voltava para casa a pé para conseguir pagar."

A lembrança surge como um dos momentos mais simbólicos de sua entrevista porque ajuda a explicar a forma como ele enxerga o festival hoje. Para Zé Ricardo, o ingresso do Rock in Rio carrega um peso emocional e financeiro muito maior do que apenas o acesso a um show. Existe esforço, planejamento e expectativa por trás daquela compra. Talvez por isso ele rejeite tanto a ideia de construir uma programação baseada apenas em um grande headliner cercado por atrações menores.

C



Zé Ricardo revela os bastidores da curadoria do Rock in Rio

Por Rafael Lima e Marcelo Periller

Poucos nomes hoje carregam tanta influência dentro do Rock in Rio quanto Zé Ricardo. Músico, produtor musical e um dos principais responsáveis pela identidade artística do festival nos últimos anos, ele se tornou peça fundamental na construção de uma nova visão para a Cidade do Rock. Mais do que pensar em atrações isoladas, sua missão passou a ser desenhar uma experiência completa, capaz de fazer o público sentir que cada espaço do evento importa. E isso, segundo ele, exige um nível de inquietação permanente nos bastidores.

"Você faz um festival, entrega um festival de um nível muito alto e já precisa pensar em como se superar novamente. Ninguém descansa no êxito, ninguém descansa porque vendeu tudo e deu certo", afirma. Para Zé Ricardo, essa obsessão por reinvenção faz parte da essência do Rock in Rio e nasce diretamente da mentalidade de Roberto Medina, fundador do festival. "Existe um DNA do Roberto Medina que está sempre pensando coisas novas,

inventando coisas novas, nunca satisfeito em repetir."

A pressão, no entanto, não aparece apenas na estrutura grandiosa do evento ou na disputa por grandes artistas internacionais. Ela também está presente em cada detalhe da curadoria. Ao longo dos últimos anos, Zé Ricardo ajudou a fortalecer espaços como o Espaço Favela, Global Village e Supernova, transformando palcos antes vistos como alternativos em áreas de enorme relevância dentro da programação do festival. E essa mudança de visão virou quase uma filosofia pessoal.

"A missão que eu tenho fazendo a curadoria de todos os palcos é colocar na cabeça do público que o protagonista do festival é o Rock in Rio e o público. Cada artista que está na assinatura da curadoria passou por uma pinça muito fina. Para cada slot, eu tenho no mínimo vinte opções."

Na prática, isso significa quebrar uma lógica tradicional dos grandes festivais, onde quase toda a atenção costuma se concentrar apenas nos headliners principais da noite. Zé Ricardo acredita justamente no contrário. Para ele, o público precisa encontrar experiências grandiosas desde os primeiros horários do dia,

“Eu era office boy de banco. Juntei quatro meses do meu salário para comprar meu ingresso do Rock in Rio.”

Zé Ricardo

independentemente do palco em que esteja.

"O Espaço Favela é um palco principal. O Global Village é um palco principal. O Supernova é um palco principal. Quando a gente leva grandes nomes para outros palcos, amplia a possibili-

dade do público se divertir e faz o ingresso valer mais. Você chega às duas horas da tarde e já vê artistas incríveis, artistas que poderiam estar em qualquer palco principal de qualquer festival."

O fã que virou idealizador

Existe um detalhe importante na maneira como Zé Ricardo fala sobre o Rock in Rio. Apesar do cargo executivo e da responsabilidade de comandar uma das curadorias mais importantes do entretenimento brasileiro, ele ainda se expressa como alguém que conhece o festival pelo olhar do público. E isso não é discurso ensaiado.

Muito antes de assumir a vice-presidência artística da Rock World, Zé Ricardo era um jovem office boy do Banco do Brasil que

"Eu sei quanto custa o ingresso. Eu não vou trazer só o grande headliner do Palco Mundo e completar o restante mais ou menos. Cada palco precisa ter grandes nomes, precisa valer o ingresso que cada um paga para estar no nosso festival."

O Rock in Rio sempre foi reconhecido pela grandiosidade de seus palcos e pela capacidade de reunir diferentes experiências dentro da Cidade do Rock. Mas, sob a curadoria de Zé Ricardo, essa proposta ganhou ainda mais força, com uma distribuição cada vez mais estratégica de grandes atrações ao longo de toda a programação. Para ele, a missão é simples: fazer com que o público sinta que cada momento do festival valeu o investimento, independentemente do palco escolhido. E é justamente essa visão que resume a filosofia que ele tenta imprimir em cada edição do evento: no Rock in Rio, o verdadeiro protagonista continua sendo o público.